



PGTA

Nadzoeri

**Organização Baniwa e Koripako
Nadzoeri**

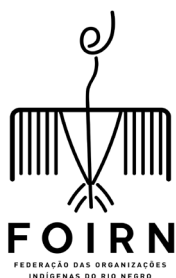
Plano de Gestão Territorial e Ambiental
2021



PGTA NADZOERI
ORGANIZAÇÃO BANIWA E KORIPAKO
TERRA INDÍGENA ALTO RIO NEGRO, AMAZONAS

EXPEDIENTE

O Plano de Gestão da Organização Baniwa e Koripako Nadzoeri é resultado de um longo processo de construção coletiva em que participaram lideranças, jovens, homens e mulheres das diferentes sub-regiões da bacia do Içana. É fruto da agenda conjunta, liderada pela FOIRN e Coordenadorias Regionais, para a construção dos Planos de Gestão das Terras Indígenas do Rio Negro, dentre elas a Terra Indígena Alto Rio Negro. O PGTA Nadzoeri é um desdobramento do PGTA da Terra Indígena (TI) Alto Rio Negro: foi elaborado visando o aprofundamento de temas e problemas específicos de nossa região e que não puderam ser inteiramente contemplados no documento da TI. O objetivo é que este documento, específico da Nadzoeri, sirva de instrumento para nosso diálogo interno e de ferramenta na interlocução com o poder público e parceiros.



Realização Nadzoeri e FOIRN — <https://foirn.org.br/>

Diretoria Executiva da FOIRN 2017-2020

Marivelton Rodrigues Barroso // etnia Baré, natural do município de Santa Isabel do Rio Negro – Presidente.
Nildo José Miguel Fontes // etnia Tukano, natural da Terra Indígena Alto Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira (AM) – Diretor Vice-Presidente.
Isaias Pereira Fontes (*in memoriam*) // etnia Baniwa/Hohodene, natural da Terra Indígena Alto Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira (AM) – Diretor executivo para região da Nadzoeri.
Almerinda Ramos de Lima // etnia Tariana, natural da Terra Indígena Alto Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira (AM) – Diretora executiva.
Adão Francisco Henrique // etnia Baré, natural da Terra Indígena Cué-Cué Marabitanas – Diretor executivo.

Coordenação Nadzoeri (2017-2020)

Juvêncio da Silva Cardoso – Secretário Executivo
Tiago Pacheco – 1º Secretário Executivo Adjunto
Elton José Benjamim – 2º Secretário Executivo Adjunto
Plínio Marcos – Coordenador de Planejamento Administrativo Financeiro

Apoio Instituto Socioambiental (ISA)



Colaborações para organização e edição do documento

Natalia Camps Pimenta, Adeilson Lopes da Silva, André Fernando Baniwa, Juvêncio da Silva Cardoso, Isaias Fontes

Apoio na sistematização de dados e informações

Adeilson Lopes da Silva, Anna Karoline Cruz, Felipe Storch de Oliveira, Laise Lopes Diniz, Natalia Camps Pimenta, e Sully Sampaio

Colaboração para edição e revisão do documento Carla Dias

Elaboração de mapa Renata Aparecida Alves

Projeto Gráfico Rafael Miranda Campos

Representantes das comunidades e associações indígenas que participaram do Levantamento Socioambiental e das oficinas dos Grupos de Trabalho (GT) do PGTA

Frank Bitencourt Fontes (Baixo Içana), Marcelo Fernandes Piloto – coordenador adjunto (Baixo Içana), Plínio Guilherme Marcos – coordenador geral (Médio Içana I), João Cláudio (Médio Içana I), Yolanda Apolinário Venceslau (Médio Içana I), João Florentino da Silva (Médio Içana II), Wilson Júlio Quinca Miguel (Médio Içana II), Horípio Emilio Pacheco (Alto Içana), Maurício Garcia Sanches (Alto Içana), Armindo da Silva Francisco (Baixo Ayari), Walter Lopes da Silva (Médio Ayari I), Silvério da Silva de Lima – coordenador adjunto (Médio Ayari II) e Orlando Andrade Fontes (Alto Ayari).

Colaboradores todas as lideranças e moradores das comunidades da área de abrangência da Nadzoeri que participaram das oficinas e fóruns de consulta do PGTA.

Apoiadores Financeiros



ALIANÇA PELO CLIMA



União Europeia



O conteúdo desta publicação não reflete necessariamente a posição das instituições que a apoiaram financeiramente.

Isaias Pereira Fontes
(★1968 †2021)

"Busquemos sempre o equilíbrio, o bem-estar e a harmonia para o nosso bem viver, não o conflito."



Isaias, diretor da FOIRN para a regional da Nadzoeri, foi mais uma vítima fatal da Covid-19, poucos meses após assumir o seu terceiro mandato como representante dos povos Baniwa e Koripako.

Nascido na comunidade de Ucuqui Cachoeira, localizada no igarapé Uaranã na cabeceira do Rio Ayari, Isaias pertencia ao mais alto clã da fátia Hohoodeni. Líder nato, dedicou sua vida à luta pelos direitos dos povos indígenas do Rio Negro.

Carregava a serenidade e o espírito de liderança em seu nome de benzimento, Komadeeroa (líder guerreiro manso como pato).

Komadeeroa alçou voo de retorno junto aos ancestrais na noite de 1º de fevereiro de 2021. Deixou a esposa, dois filhos, um neto e um enorme legado para o movimento indígena do Rio Negro e para o bem viver Baniwa e Koripako.

Alegre, sereno e conciliador. Assim nos recordaremos de nokitsinda Komadeeroa.

A lembrança de Isaias Fontes neste documento marca, com pesar, a solidariedade às famílias e amigos de todos os parentes Baniwa e Koripako que fizeram suas passagens em decorrência da pandemia de Covid-19.



Sumário

9	I. Apresentação
10	Autodenominação e Autodemarcação dos Povos Baniwa e Koripako
11	Bem Viver Baniwa e Koripako
12	Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Bacia do Rio Içana
13	II. Introdução ao PGTA Nadzoeri
13	Histórico do Movimento Indígena na Bacia do Rio Içana
14	Organização Baniwa e Koripako Nadzoeri
14	Conhecendo a Bacia do Rio Içana
15	Sub-regiões da Bacia do Rio Içana
20	Associações Indígenas da Bacia do Rio Içana
22	III. Construção do PGTA Nadzoeri
22	Método e Esforço para o Levantamento PGTA na Bacia do Rio Içana
23	Etapas de Consultas Regionais e Validação
24	IV. Diagnóstico Socioambiental
24	Comunidades, Sítios e População
29	Grupos Familiares
31	V. A Economia Invisível do Rio Negro a partir da Experiência Baniwa e Koripako
32	Um Exercício de Medição da Economia Invisível na Bacia do Içana
35	Box: Manejo de Fauna na Bacia do Rio Içana
37	VI. Diretrizes dos Povos Baniwa e Koripako para Gestão do território
37	Questões Centrais para Gestão do Território Baniwa e Koripako
57	Prioridades do PGTA dos povos Baniwa e Koripako
61	VII. Reflexões e Perspectivas
64	VIII. Referências Bibliográficas



I. Apresentação



◀ Foto I (página à esquerda) –
Cerimônia realizada em Santa Isabel
do Rio Ayari. Carol Quintanilha, 2018.

Foto II – Vista aérea da comunidade
de Tunuí Cachoeira, no médio Rio
Içana. Fernanda Ligabue, 2018.

Um plano de gestão ambiental e territorial parte do diagnóstico do histórico e da realidade vivida por um povo e da indicação de como queremos viver no futuro. Assim, o que apresentamos neste documento é o planejamento de futuro dos povos Baniwa e Koripako.

Por reivindicação dos povos indígenas do Brasil, criou-se uma Política Nacional de Gestão Ambiental das Terras Indígenas – PNGATI – (Decreto nº 7.747, de 05 de junho de 2012). É esta lei que recomenda que todas as terras indígenas tenham seu Plano de Gestão Territorial e Ambiental. Aqui no Rio Negro, nós iniciamos em 2015 o processo de elaboração do documento oficial para compor o Plano de Gestão



Foto III – Petróglypho encontrado em Uapi Cahoeira, o umbigo do mundo, no alto Rio Ayari. Giorgio Palmera, 2018.

Ambiental e Territorial da Terra Indígena Alto Rio Negro. A área abordada neste plano é o território tradicional dos povos Baniwa e Koripako, delimitado pela bacia do Rio Içana, localizada na Terra Indígena Alto Rio Negro. Este documento será a nossa forma de dizer ao Estado como o povo Baniwa e Koripako quer garantir o seu bem viver no seu território tradicional, comunidades e sítios.

Autodenominação e Autodemarcação dos Povos Baniwa e Koripako

A determinação dos povos Baniwa e Koripako como “*Walimani*” (a humanidade que habita o mundo atual) ou “*Wakoenai*” (os que falam a nossa língua) foi dada pelos não indígenas. Para nós, somos os “*Medzeniakonai*”, o que significa que somos povos de língua original. Quando fazemos referência aos *Medzeniakonai*, nós nos referimos aos 19 clãs que compõem a nação de língua Baniwa e Koripako: Baniwa – *Walipere-dakeenai*, *Hohodeni*, *Dzawinai*, *Kadaopolittana*,



Liedawieni, Kadaopoliro, Kotteeroeni, Adzaneeni, Maoliene, Paraattana, Moliweni, Awadzoronai, Jurupari Tapuya, Mawettana, Tokedakeenai e Hipattana; Koripako – Komadaminanai, Kapittiminanai e Padzowalieni.

De acordo com a nossa cultura milenar, nós somos a herança deixada por *Heeko* (demiurgo) lá na terra-pedra, o centro de formação e origem da humanidade, localizada em “*Hiipana*” (*eeno hiepolekoa* – umbigo do mundo) em Uapuí-Cachoeira, no Rio Ayari. Foi neste lugar que surgiu a humanidade, em especial o povo Baniwa, seus clãs e seus territórios.

Dos nossos deuses herdamos uma grande extensão de terras, delimitadas por um conjunto de marcas (petróglifos) que definem o território de cada clã do nosso povo desde os tempos imemoriais. Essas demarcações históricas e ancestrais é que permitem o controle, a governança e a gestão ambiental em nosso território.

Nossa forma original de organização social vem desde a criação do mundo e da humanidade, ou seja, é lá em Uapui-Cachoeira que iniciamos nossa forma de autogoverno. Somos parte da sociodiversidade étnica e fazemos parte da pluralidade cultural do Rio Negro. Somos a base da existência da convivência harmoniosa, do *bem viver* e *viver bem* nesta terra.

O nosso viver sempre foi a “interculturalidade”, adquirida pela convivência entre os povos Baniwa e Koripako e demais grupos étnicos que habitam historicamente a região do alto Rio Negro. Por isso mesmo é muito importante e fundamental para fortalecer nossa vivência, nossos direitos, nossa cultura, nossos projetos de futuro, de governança e de gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas, que são patrimônios da União indisponíveis, imprescritíveis e inalienáveis destinados ao usufruto dos povos indígenas.

Bem Viver Baniwa e Koripako

A nossa terra é o nosso centro do mundo, de onde sabemos nos localizar em relação aos quatro cantos da terra. É onde ao acordarmos todos os dias, sabemos onde vai nascer o sol, o caminho que o sol vai percorrer e onde vai descansar. É o ponto onde nosso espírito e alma são ancoradas, desde nossos ancestrais até os dias de hoje e para sempre.

A terra para nós indígenas é parte de um complexo universo, que chamamos de *hekoapi*, dividido em diversas camadas, cada qual habitada por seres, deuses e espíritos específicos. A terra é a porção central, o meio dos mundos. É de onde nós indígenas adquirimos

nossos conhecimentos e nos relacionamos com as outras camadas. Para nós, a terra é como “mãe”, que cuida dos filhos na concepção, cuida no nascimento, cuida do crescimento, cuida na vida adulta, cuida durante a velhice e cuida novamente quando se chega ao final da vida. Cuida até voltar novamente para dentro da terra. Por isso, nós temos uma relação de muito respeito com a terra.

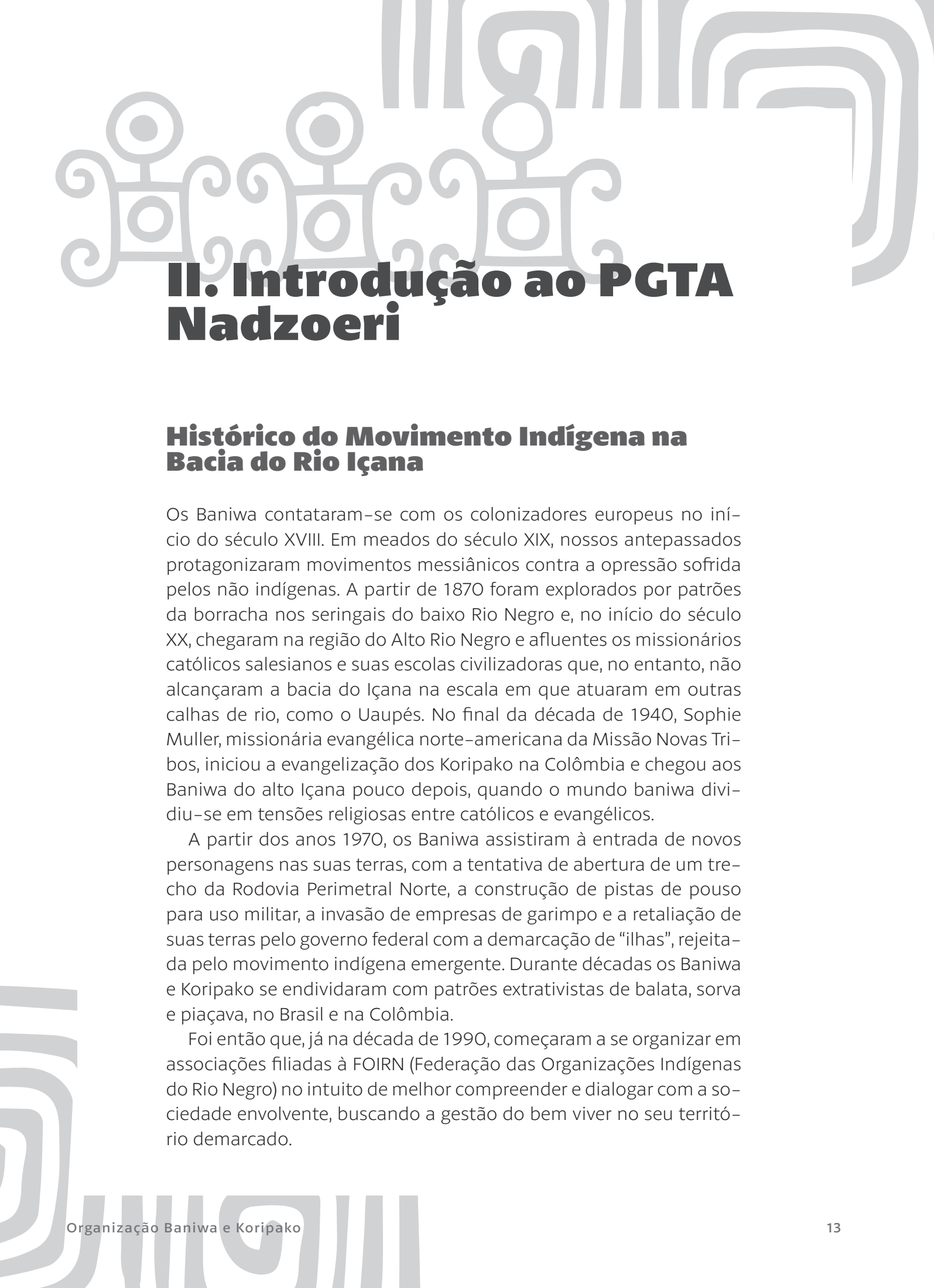
Na terra dos povos indígenas existem muitos seres com diferentes funções, ou seja, reconhecemos que manejamos um sistema equilibrado de vidas, incluindo humanos, animais, plantas e espíritos. Sabemos que os diferentes seres, que habitam diferentes ambientes e camadas, possuem conexões entre si; possuem caminhos que os ligam e que são conhecidos pelos indígenas. Esse conhecimento das relações entre os seres que habitam as diferentes camadas do universo Baniwa e Koripako faz parte do nosso sistema de manejo tradicional que garante o bem viver no território. Por fim, para nós, o bem viver (“bem” significa “matsia”; viver significa “peemaka”) é fruto das ações individuais sustentáveis que resultam em benefícios para o coletivo.

Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Bacia do Rio Içana

Para nós, Baniwa e Koripako, o termo “Plano de Gestão Territorial e Ambiental” poderia ser traduzido, respeitando as adequações interculturais, como: *“Wadzeekatawa ideenhiketti linako wahipaite nheette weemakaawa liko nako”* (“Para fazermos e trabalharmos sobre a nossa terra e no local onde moramos”).

Nossa autonomia nas definições das ações sobre a nossa terra é essencial para assegurar o bem viver nas comunidades. Autonomia é um povo decidir por si o seu próprio destino, tomar decisões livremente e governar a si mesmo. No nosso caso, o direito de autodeterminação deve vir associado a autonomia. A luta pelos direitos indígenas, por autonomia na governança de nossos territórios, a partir de organizações sociais próprias, representa a nossa independência moral e intelectual. Neste sentido, firmamos a importância deste plano de gestão territorial e ambiental construído pelos próprios Baniwa e Koripako, que define como queremos o nosso futuro nesta terra-planeta.

Em suma, o PGTA Nadzoeri, da Bacia do Içana, reflete as concepções e práticas Baniwa e Koripako para viver bem em nosso território.



II. Introdução ao PGTA Nadzoeri

Histórico do Movimento Indígena na Bacia do Rio Içana

Os Baniwa contataram-se com os colonizadores europeus no início do século XVIII. Em meados do século XIX, nossos antepassados protagonizaram movimentos messiânicos contra a opressão sofrida pelos não indígenas. A partir de 1870 foram explorados por patrões da borracha nos seringais do baixo Rio Negro e, no início do século XX, chegaram na região do Alto Rio Negro e afluentes os missionários católicos salesianos e suas escolas civilizadoras que, no entanto, não alcançaram a bacia do Içana na escala em que atuaram em outras calhas de rio, como o Uaupés. No final da década de 1940, Sophie Muller, missionária evangélica norte-americana da Missão Novas Tribos, iniciou a evangelização dos Koripako na Colômbia e chegou aos Baniwa do alto Içana pouco depois, quando o mundo baniwa dividiu-se em tensões religiosas entre católicos e evangélicos.

A partir dos anos 1970, os Baniwa assistiram à entrada de novas personagens nas suas terras, com a tentativa de abertura de um trecho da Rodovia Perimetral Norte, a construção de pistas de pouso para uso militar, a invasão de empresas de garimpo e a retaliação de suas terras pelo governo federal com a demarcação de “ilhas”, rejeitada pelo movimento indígena emergente. Durante décadas os Baniwa e Koripako se endividaram com patrões extrativistas de balata, sorva e piaçava, no Brasil e na Colômbia.

Foi então que, já na década de 1990, começaram a se organizar em associações filiadas à FOIRN (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro) no intuito de melhor compreender e dialogar com a sociedade envolvente, buscando a gestão do bem viver no seu território demarcado.

Organização Baniwa e Koripako Nadzoeri

Até maio de 2018 a CABC (Coordenadoria das associações dos povos Baniwa e Koripako) foi a instância política da FOIRN representativa das associações e comunidades da bacia do Rio Içana associações e comunidades da bacia do Içana. Em maio de 2018 a CABC se transformou na Organização Baniwa e Koripako Nadzoeri. *Nadzoeri* é um nome que homenageia os *Heekoapinai*, heróis fundadores provenientes de *Heeko: Ñapirikoli, Dzooli e Eeri*. Foram os *Heekoapinai* os conquistadores de conhecimentos e práticas que viabilizaram, e até hoje viabilizam, a sobrevivência dos Baniwa e Koripako no território ancestral. Atualmente, a Organização Nadzoeri representa 19 associações de base que abrangem os 83 sítios e comunidades brasileiras da bacia do Rio Içana.

Conhecendo a Bacia do Rio Içana

O Rio Içana nasce na Colômbia e possui 696 km de extensão. Um trecho de 110 km de seu curso percorre a linha de fronteira Brasil-Colômbia (Cabalzar & Ricardo 1998). Depois de percorrer 510 km em território brasileiro, recebendo águas dos seus principais tributários (Ayari, Cuiari e Cubate), o Içana lança suas águas pretas no Rio Negro, acima do município de São Gabriel da Cachoeira. No Brasil, cerca de 83 comunidades Baniwa se distribuem pela bacia do Içana abrigando uma população aproximada de 5.100 pessoas. Os Baniwa que ocupam comunidades da Venezuela e Colômbia são chamados Koripako e *Wakuenai* (ACIRA/FOIRN 1999). A porção da bacia do Içana em território nacional ocupa 3.487.791,5 (três milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil e setecentos e noventa e um e meio) hectares integralmente inseridos na Terra Indígena Alto Rio Negro.

A bacia do Içana contém um mosaico de paisagens moldadas pela diversidade de tipos de solos, de topografias, tipos de vegetação e histórias de manejo e ocupação. O solo predominante é de areia branca, pobre em nutrientes e pouco útil à agricultura. Nesses solos nasce uma vegetação mais baixa e aberta conhecida como campinarana, chamada localmente de caatinga. Na matriz de caatinga ocorrem manchas de floresta de terra-firme, pequenas e irregulares, utilizadas para a agricultura. O diversificado mosaico de ambientes da bacia resulta numa distribuição desigual de recursos importantes entre as comunidades, que resulta no intercâmbio de recursos entre diferentes aldeias. Esse sistema



Foto IV – Vista aérea da comunidade de Tunuí Cachoeira, no médio Rio Içana. Antônio Milena.

de trocas entre comunidades é baseado em um conjunto de códigos locais, alianças de matrimônio, relações políticas e regras tradicionais de hierarquia e parentesco entre as fratrias e clãs. O resultado é um complexo contexto no qual o mosaico de paisagens é sobreposto ao mosaico social de relações econômicas, políticas e de governança de cada trecho. Desse modo, a gestão ambiental e territorial da bacia não pode ser abordada somente em termos estritamente ecológicos e, sim, em termos socioambientais, como apontado na apresentação deste documento.



Sub-regiões da Bacia do Rio Içana

A bacia do Rio Içana apresenta ampla diversidade entre suas cinco sub-regiões geopolíticas definidas pelas organizações indígenas Baniwa e Koripako.

O **Alto Içana** possui 13 comunidades, 238 famílias e uma população de 1.121 pessoas, exclusivamente evangélicos. Na região habitam os clãs de dialeto Koripako e na paisagem predominam as terras-firmes, com grande potencial agrícola. A caça de animais selvagens é a principal fonte de proteína das comunidades. A viagem de São Gabriel da Cachoeira até o alto Içana é penosa e pode durar entre 04 e 06 dias, devido a inúmeras cachoeiras. A população mantém forte intercâmbio cultural e comercial com o lado colombiano, sobretudo com a cidade de Mitú, que acessam por varadores terrestres.

Os Baniwa dividem territorialmente o médio Rio Içana (26 comunidades e sítios, 276 famílias e 1.457 pessoas) em Médio Içana I e II¹. O **Médio Içana I**, com 08 comunidades, é marcado pela presença das serras do Rio Cuyari, que se destacam na paisagem da margem esquerda do rio, onde predominam as terras-firme e roças, sendo que do lado direito predominam as caatingas das cabeceiras do Rio Cubate. Região também exclusivamente evangélica cuja maioria das famílias filiam-se às fratrias *Dzawinai* e *Walipere-Dakenai*. A região é moderadamente navegável na maior parte do ano. A pesca e caça são práticas importantes para o provimento de proteína. Grandes eventos religiosos que se realizam no médio Içana I atraem e fortalecem os intercâmbios com os parentes de comunidades colombianas do Rio Cuyari.

O **Médio Içana II**, com 18 comunidades, possui maioria das comunidades evangélicas, porém abrigando um importante núcleo de comunidades católicas (Santa Rosa, Tapira-Ponta, Santa Marta, Juivitera e Arapasso). Essa região destaca-se pela sua importância pesqueira, pela existência da região dos Lagos *Dzawinai*, um extenso mosaico de lagos, igapós e praias muito visitado por famílias de outras regiões, sobretudo no verão, para pescarias e incursões extrativistas.

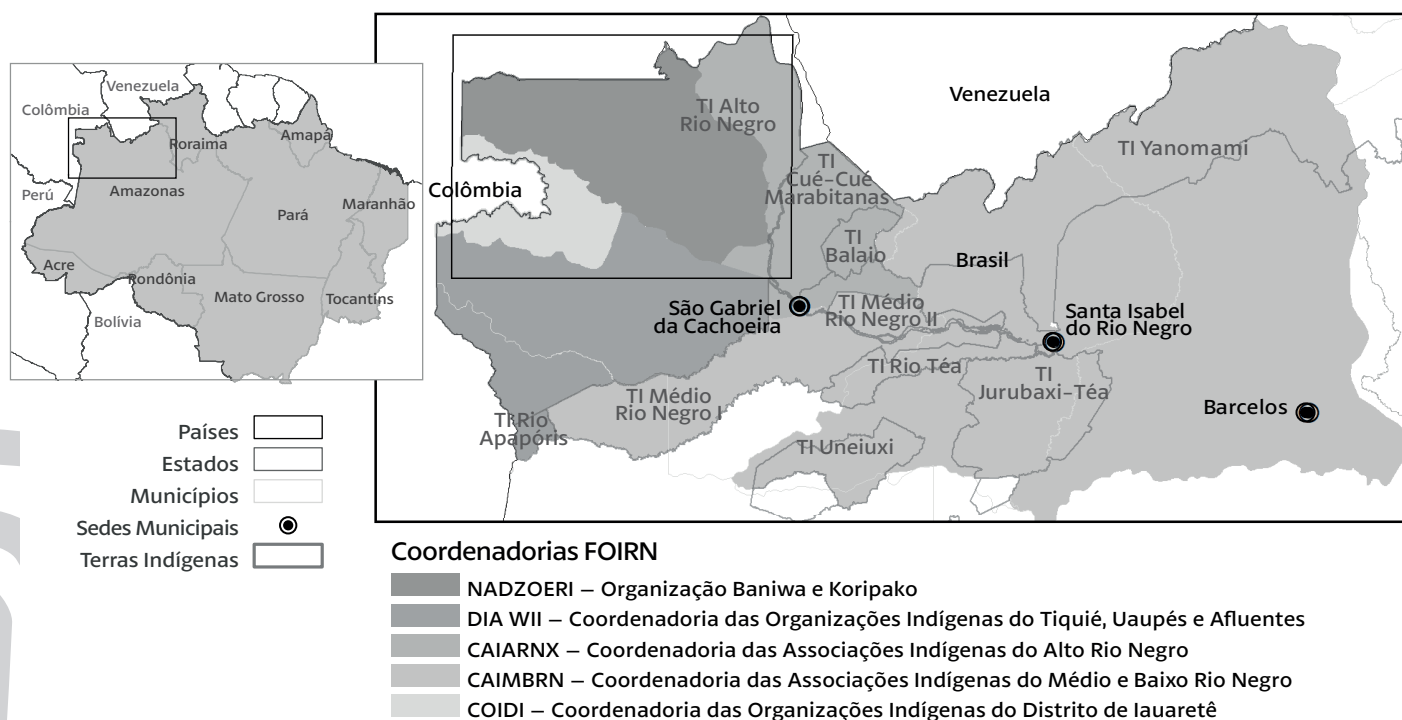
A região do **Ayari**, com 16 comunidades, 156 famílias e 1.114 moradores, possui sua população equilibradamente distribuída entre católicos e evangélicos. A calha do Rio Ayari é o território predominantemente dos *Hohodene*, mas que também possui várias famílias da fratrias *Walipere-dakenai* (médio Ayari) e dos

¹ Não estão contabilizados aqui a população de Castelo Branco, Taiacu e nem Aracu-cachoeira porque estas comunidades não participaram do levantamento socioeconômico do PGTA.

cunhados Cubeo e Wanano (alto Ayari). O médio e alto Ayari são regiões de intercâmbios seculares (matrimoniais, econômicos, políticos) entre a bacia do Içana e Uaupés, tanto na sua parte brasileira quanto colombiana. A pesca é mais intensa no baixo e médio Ayari, enquanto no alto Ayari as famílias praticam a caça com regularidade. A tradicional cerâmica branca confeccionada pelas mulheres indígenas do Ayari é cada dia mais reconhecida como patrimônio importante das comunidades. É o Rio Ayari, também, o guardião de importantes tradições como os rituais de iniciação do *Kowai*, os principais lugares sagrados, danças e os conhecimentos do xamanismo e da medicina baniwa.

O **Baixo Içana**, com 13 comunidades, 163 famílias e 1.399 habitantes, é região amplamente navegável o ano todo. Ainda que a maioria das famílias sejam evangélicas a região possui um forte núcleo católico que gira em torno da paróquia da comunidade de Assunção do Içana, única missão católica estabelecida na bacia. Por influência da missão católica, as famílias do baixo Içana migraram da língua baniwa para o *nheengatu* (língua geral). Com paisagens diversificadas, a pesca possui relevância para o suprimento das comunidades.

Organização Geopolítica da Bacia do Rio Negro



[illegible]

COLÔMBIA

MÉDIO IÇANA II

ALTO İÇANA

AIARY

COLDI

DIA WII

Projeção SIRGAS, 2000.

Escala:

50

1 km

Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) Nadzoeri

69°30'0"W

69°0'0"W

68°30'0"W

[illegible]

- até 50 pessoas
- 50 - 100
- 101 - 250
- 251 - 400
- outras comunidades
- sítios

- Aiary
- Alto Içana
- Baixo Içana
- Médio Içana I
- Médio Içana II

	ABRIC
	AIRC
	ACIRA UMIRA
	OCIDAI
	AIBRI
	OIBI
	OICAI
	UNIB AAMI

☐ Países

☐ Terras indígenas

19

Associações Indígenas da Bacia do Rio Içana

Em termos de representação política existem 19 associações de base, sendo 8 comunitárias, 4 de mulheres e 7 escolares (associações de pais e mestres – APMCS) relacionadas as 50 comunidades onde há escolas ou salas de aula. O levantamento PGTA indicou que 76% das comunidades afirmaram participar de uma das associações existentes na região e 27% participaram de alguma iniciativa nos últimos dois anos. A falta de disponibilidade das diretorias, dívidas e a falta de recursos são as principais dificuldades que as associações enfrentam. O quadro seguinte resume as principais características dessas organizações (ano de referência 2018).

Cate- goria	Associação (ano de criação) e comunidades associadas	Sigla	Sub-região	nº comunidades
Comunitárias	Organização Indígena Koripako do Alto Içana (1999): Matapi Cachoeira, Araçari, Coraci, Roraima, Japu-Ponta, Savanita, Edem, Panapana, Maracá-Ponta, Nazaré, Barcelos, São Joaquim, Warirambá, Betel, Boa Vista, Campo Alto, Matraca, Jerusalém, Wainambi, Camanaus.	OIKAI	Alto Içana	20
	Organização Indígena da Bacia do Içana (1992): São José, Santa Rosa, Tapira Ponta, Santa Marta, Juivitera, Arapasso, Tarumã, Tucunaré Lago, Bela Vista, Tucumã Rupitá, Jandu Cachoeira, Mauá Cachoeira, Areal-Mirim Trindade, Aracu Cachoeira, Siusi Cachoeira, Tamanduá, sítio Umari-lago.	OIBI	Médio Içana II	18
	Associação das Comunidades Indígena do Rio Ayari (1995): Santana, América, Urumutum, São José, Cará-Igarapé, Xibaru, Miriti, São Joaquim, Santa Isabel, Macedônia, Canadá, Pirayawara, Arari-Pirá, Vila Nova, Inambu, Panã-panã, Apuí Cachoeira, Ucuqui Cachoeira, Jurupari Cachoeira	ACIRA	Rio Ayari	19
	União das Nações Indígena Baniwa (1997): Nazaré, Ambaúba, Castelo Branco, Belém e Tayaçu	UNIB	Médio Içana I	05
	Associação Baniwa do Rio Içana e Cuyari (2001): Tunuí Cachoeira, Warirambá e Vista Alegre	ABRIC	Médio Içana I	03
	Organização da Comunidade Indígena do Distrito de Assunção do Içana (1999): Assunção, sítio Mirim, Caranaí	OCIDAI	Baixo Içana	02
	Associação das Comunidades Indígena do Rio Cubate (2016): Nazaré do Cubate e sítios	ACIRC	Baixo Içana	01
	Associação Indígena do Baixo Rio Içana (1999): Boa Vista, Brasília, Irari-ponta, Auxiliadora, Jauacanã, Ituím Ponta, Camarão, Santa Helena, Teiu Ponta, Cabeçudo, Maçarico, Jupati, Bela Vista, Pirayawara, Buia Igarapé	AIBRI	Baixo Içana	15



Foto V – Refeição preparada para a cerimônia de inauguração do sistema de abastecimento de água movida por carneiro hidráulico, na comunidade Santa Isabel do Rio Ayari. Carol Quintanilha, 2018.

Cate- goria	Associação (ano de criação) e comunidades associadas	Sigla	Sub-região	nº comunidades
Mulheres	União das Mulheres Indígenas do Rio Ayari (1999)	UMIRA	Rio Ayari	19
	Associação de Artesãs das Mulheres Indígenas (2004)	AAMI	Médio Içana I	05
	Costura e Arte de Assunção do Içana (2014)	COSART	Baixo Içana	01
	Associação das Mulheres Indígenas do Baixo Içana (1992)	AMIBI	Baixo Içana	15
Escolar	Cacique Escolar do Rio Içana e Cuyari	CERIC	–	–
	Associação do Conselho Escolar da Pamáali (2002)	ACEP	–	–
	Associação de Pais e Mestres e Educadores da Escola Municipal Pastor Jaime	AIPEEMPJ	–	–
	Associação do Conselho de Gestão da Escola Eeno Hiepole (2015)	ACGEH	–	–
	Associação dos Pais e Mestre Comunitário da Escola Indígena de Nazaré (2007)	APMCEIN	–	–
	Escola Indígena Baniwa Paraattana (2008)	EIBP	–	–
	Escola Indígena Duque de Caxias	EIDC	–	–
Coordenadoria de Associações Baniwa e Koripako (2002 até abril de 2018)		CABC	–	–
Organização Baniwa e Koripako Nadzoeri* (4 de maio de 2018)		Nadzoeri	–	83

*em 2018 a CABC foi transformada na Organização Baniwa e koripako Nadzoeri.



III. Construção do PGTA Nadzoeri

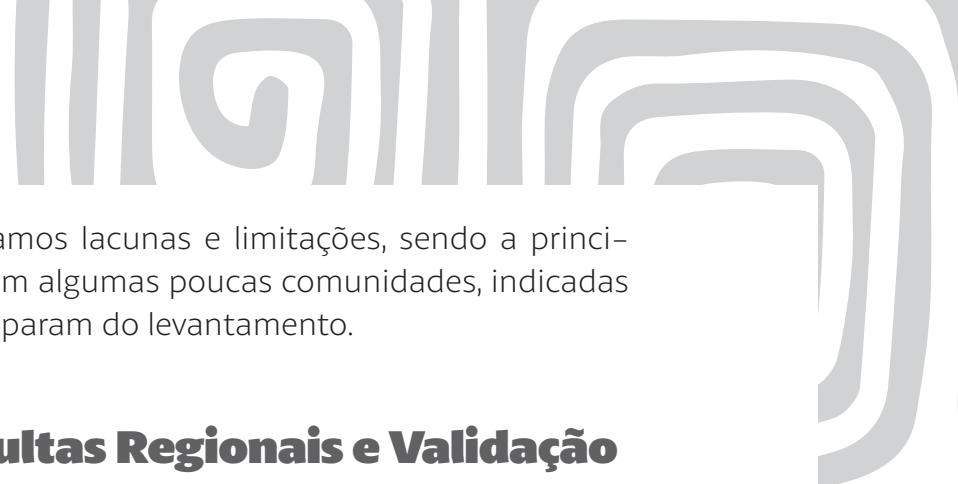
Método e Esforço para o Levantamento PGTA na Bacia do Rio Içana

Um dos grandes desafios e méritos do PGTA foi realizar um diagnóstico que buscou passar em todas as comunidades e sítios das sete TIs do alto e médio Rio Negro. Isso só havia sido realizado no final dos anos 80 durante os estudos da demarcação e essa foi uma oportunidade de atualizar as informações reunidas há duas décadas atrás. Por ser uma região extensa e de difícil acesso, foi necessária uma ampla mobilização dos responsáveis e sua divisão por sub-regiões.

Em agosto de 2016 ocorreu o treinamento da equipe formada por pesquisadores indígenas, lideranças e assessores técnicos. Na sequência, foi realizado o levantamento entre o segundo semestre de 2016 e o primeiro de 2017.

Na bacia do Içana atuaram 13 pesquisadores indígenas capacitados para coleta de dados através do aplicativo digital *Open Data Kit*. Os pesquisadores, todos falantes de baniwa ou nheengatu e moradores da região, foram: Frank Bitencourt Fontes (Baixo Içana), Marcelo Fernandes Piloto – coordenador adjunto (Baixo Içana), Plinio Guilherme Marcos – coordenador geral (Médio Içana I), João Cláudio (Médio Içana I), Yolanda Apolinário Venceslau (Médio Içana I), João Florentino da Silva (Médio Içana II), Wilson Júlio Quinca Miguel (Médio Içana II), Horípio Emilio Pacheco (Alto Içana), Mauricio Garcia Sanches (Alto Içana), Armindo da Silva Francisco (Baixo Ayari), Walter Lopes da Silva (Médio Ayari I), Silvério da Silva de Lima – coordenador adjunto (Médio Ayari II) e Orlando Andrade Fontes (Alto Ayari). Isaias Fontes foi o diretor de referência da FOIRN para a atividade e, da parte do ISA, Adeilson Lopes da Silva assessorou o planejamento e acompanhou o levantamento no médio Rio Içana e Ayari.

Os resultados traçam um diagnóstico importante e amplo da re-



gião. Contudo, identificamos lacunas e limitações, sendo a principal delas o fato de que em algumas poucas comunidades, indicadas mais adiante, não participaram do levantamento.

Etapas de Consultas Regionais e Validação

As consultas regionais acerca das diretrizes para a elaboração do PGTA Nadzoeri foram realizadas entre junho e outubro de 2017, totalizando cinco oficinas, uma por sub-região geopolítica da bacia do Rio Içana: 1) Baixo Içana, realizada em Boa Vista, entre 19 ao dia 21 de junho de 2017; 2) Médio Içana I, realizada em Castelo Branco, entre 24 a 26 de novembro de 2017; 3) Médio Içana II, realizada em Tucumã, entre 19 a 21 de outubro de 2017; 4) Alto Içana, realizada em São Joaquim, entre 28 a 30 de setembro de 2017; e 5) Rio Ayari, realizada em Canadá, entre 3 a 5 de outubro de 2017.

Em julho de 2018 foi realizada uma oficina com os pesquisadores do PGTA de cada coordenadoria da FOIRN para organização do material produzido pelos comitês regionais do PGTA. Em seguida, as propostas para o PGTA Nadzoeri reunidas ao longo do extenso processo de consultas regionais foram validadas durante a Assembleia de Validação do PGTA Nadzoeri, realizada em outubro de 2018 na comunidade Castelo Branco (médio Rio Içana). Participaram desta assembleia as lideranças comunitárias da bacia do Rio Içana, pesquisadores envolvidos no levantamento de dados do PGTA, membros do comitê de elaboração do PGTA, lideranças das organizações Baniwa e Koripako e representantes de instituições parcerias e de órgãos federais. Como etapa final, as propostas das coordenadorias validadas em âmbito regional foram aprovadas durante Assembleia Geral da FOIRN em novembro de 2018. As linhas de ações que devem orientar a implementação do PGTA na bacia do Rio Içana, são apresentadas na seção “6. Diretrizes da Coordenadoria Nadzoeri para o PGTA da TI Alto Rio Negro” deste documento.





IV. Diagnóstico Socioambiental

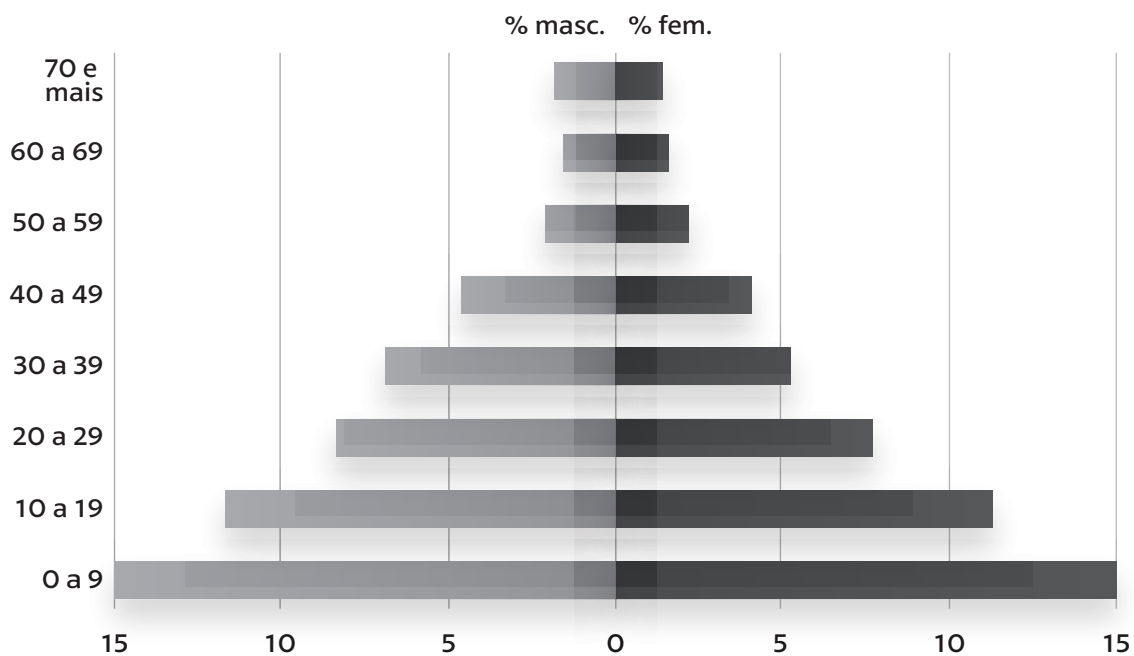
Comunidades, Sítios e População

O levantamento FOIRN e ISA em 2017 alcançou 63 comunidades e 02 sítios da bacia do Rio Içana, que abrigam uma população de 5.091 pessoas pertencentes a 833 famílias entrevistadas. Infelizmente, algumas comunidades não foram incluídas neste levantamento: Castelo Branco, Taiaçú, Aracú-Cachoeira, Sítio Caranaí. Em outubro de 2018, durante a assembleia regional que aconteceu em Castelo Branco, foi feito um levantamento detalhando a existência de 83 comunidades e sítios na bacia, evidenciando que os dados referentes a este levantamento correspondem a aproximadamente 76% dos assentamentos existentes na bacia do Rio Içana.

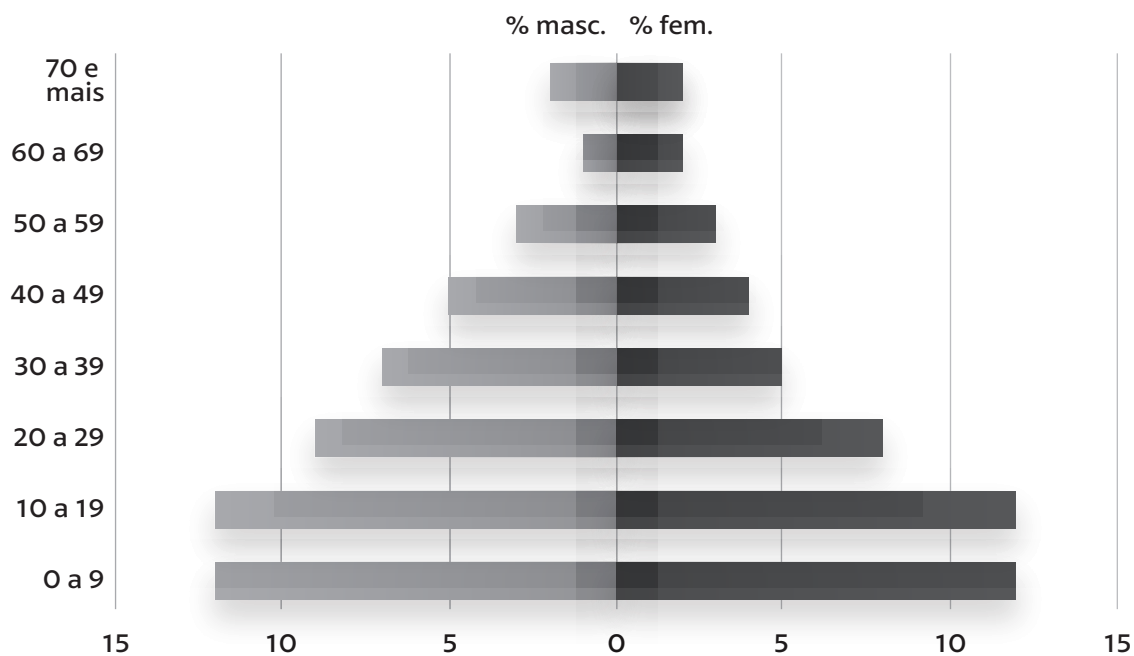
Estrutura Populacional

Comparando dados do Censo DSEI/2008 com o Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA, 2017/18, tem-se que a pirâmide etária da bacia do Içana sofreu mudança em sua estrutura, uma diminuição na base da pirâmide, correspondente à população de 0-19 anos de idade. Em 2008 essa faixa etária correspondia a 15% da população total da bacia do Içana. Em 2017 correspondeu a 12%. Os dados sugerem uma queda de fecundidade na população, ou seja, em média, as mulheres em idade fértil estão tendo menos filhos em relação aos anos anteriores, resultando assim em um crescimento populacional reduzido. Em geral, especialistas indicam que os motivos para a queda no número de indivíduos na primeira infância durante o período analisado pode estar relacionada ao maior acesso à métodos anticoncepcionais, à elevação do custo de vida e a busca por acesso à educação (que resulta em uma eventual migração para os centros urbanos, onde passam a estruturar novas famílias, bem como no planejamento familiar).

Bacia do Içana - Censo DSEI/2008
5.866 Pessoas



Bacia do Içana - Levantamento FOIRN e ISA/2017
5.074 Pessoas



Nos últimos dois anos 106 famílias se mudaram das comunidades da região, tendo a maior parte ido para São Gabriel da Cachoeira: 20 famílias buscando educação, 15 para estarem próximas de parentes, 06 por questão de saúde, 05 para acessar benefícios sociais mais facilmente, 04 em busca de renda, 04 por escassez de recursos localmente e 02 se mudaram devido a conflitos locais. Neste período de dois anos foram contabilizadas 83 famílias chegando nas comunidades da região, o que refletiu na manutenção populacional do território.

Saúde

Na região foram registrados 54 Agentes Comunitários Indígenas de Saúde (ACIS) que vivem nas próprias comunidades. Este número foi alterado no segundo semestre de 2017, depois do levantamento, pois foram demitidos 17 ACIS (06 no Alto Içana, 05 no Médio, 05 no Baixo Içana e 01 no Ayari) em decorrência de mudanças na política nacional indigenista. O atendimento de saúde é avaliado como bom em 17% das comunidades, como regular em 46% e como ruim em 37% delas. Os casos de doenças informados para os últimos 2 anos são: 578 casos de malária, 320 de microfilária, 70 casos de doenças da mulher (câncer de mama, útero, etc), 53 mordidas de cobra e 15 acidentes.

Educação Escolar

Em 50 comunidades há escolas e salas de aula, sendo que 37 foram construídas pelas próprias comunidades e 13 foram construídas pelo governo estadual ou municipal. Conforme afirmaram as comunidades há: EF I funcionando em 52 comunidades; EF I e II em 28; EF I, II e EM em 06 e EJA funcionando em 16 comunidades. Somente 1 escola indicou possuir o Projeto Político Pedagógico (PPP)

finalizado. Em outras 27 o PPP está em elaboração e em 37 não iniciaram. Há na região 66 pessoas com formação superior completa e 87 cursando algum tipo de graduação. Os cursos registrados foram: licenciatura indígena em políticas educacionais e desenvolvimento sustentável, ciências naturais, ciências biológicas, engenharia, licenciatura em física e licenciatura em pedagogia.

Água e Energia

O rio é a principal fonte de abastecimento de água para 40 comunidades (61,5%). Outras 17 (26,1%) obtêm água de fontes próximas, 06 comunidades (9,2%) coletam da chuva e 02 (3%) declararam possuir poço comunitário. Em 25 comunidades há geradores de uso comunitário à diesel, sendo 21 funcionando e 4 quebrados. Em 38 não há gerador comunitário, o que é compensado pela existência de 200 geradores de uso familiar. Em 32 comunidades é realizada uma contribuição coletiva das famílias para pagar pelo diesel. Em 17 comunidades há moradores que indicaram usar placas solares com baterias e inversores como fonte de energia.

Monetização

Este é um tema crescente no cotidiano da região, gerando várias transformações na vida dos Baniwa e Koripako, cujos impactos ainda são pouco monitorados. O capítulo sobre Economia Indígena, parte integrante do PGTA Wasu, traz reflexões sobre as repercussões da entrada destes ingressos monetários nas vidas das famílias e como poderão ser direcionadas políticas públicas e a própria política indígena para lidar com estes eventos, que são novos na realidade do Rio Negro. A partir do levantamento de 2017 é possível indicar que pela bacia do Içana circula cerca de R\$11.634.970,40/ano a partir das seguintes

fontes: 314 salários (R\$ 4.653.896,00/ano); 390 aposentadorias, sendo 201 homens e 189 mulheres (R\$ 4.461.600,00/ano); 545 bolsas famílias (R\$ 2.092.865,40/ano); 139 salários maternidade (R\$ 402.405,00/ano); totalizando R\$ 11.634.970,40/ano.

Esse volume de recursos corresponde aos 20% do montante circulado nas 07 TIs do alto e médio Rio Negro e que foi devidamente descrito no PGTA Wasu. Para o conjunto dos ingressos em terras indígenas esse documento citado estima:

Um valor global de R\$ 55.017.226,82 de renda oriunda de todas as fontes, para o período estudado. A maior contribuição foi dada pelos ganhos de aposentadoria (que totalizaram R\$ 25.454.000,00 para os 2 municípios estudados) contribuindo com 46,2 % da renda total obtida pelas famílias indígenas. O segundo maior percentual de contribuição para a renda familiar foi gerado pelo assalariamento (33,2% do total dos ingressos equivalendo a R\$ 18.272.080,58), em que pese a subestimativa gerada pelas informações incompletas do município de Santa Isabel.

Assim sendo, a ideia preconceituosa de que as famílias indígenas viveriam na dependência completa de programas sociais e de transferência de renda não se mostra verdadeira, pois os dados obtidos mostram que o maior percentual da renda (79,4%) que ingressou nas TI proveio do trabalho dos assalariados atualmente ativos e do trabalho realizado no passado pelos que hoje estão aposentados.

Os dados também mostraram que a renda das famílias indígenas contribuiu com, no mínimo, 30% do PIB² municipal de São Gabriel da Cachoeira no período estudado. É um montante que mostra a importância da participação das terras indígenas na economia rionegrina.

Outras fontes de renda monetária incidem sobre a região (bolsas de estudantes e pesquisadores indígenas, renda proveniente de venda de produtos do sistema agrícola tradicional, renda proveniente da comercialização de produtos industrializados e pela prestação de serviços). Destaca-se o fato dos Baniwa e Koripako serem pioneiros em iniciativas sustentáveis de geração de renda, com os projetos Arte Baniwa (cestarias, cerâmicas e ralos) e a Pimenta

² O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por uma cidade, estado, país ou outra região, dentro de um período, geralmente em um ano.



Foto VI – Lote CO1 da Pimenta Baniwa apresentado na inauguração da Casa da Pimenta Takairo, na comunidade Canadá, Rio Ayari. Carol Quintanilha, 2018.

Baniwa. Em fases iniciais, porém com boas perspectivas, está em desenvolvimento a produção e comercialização de castanha do uará, mel de abelhas nativas, tucupi preto e farinhas. A Rede de Casas da Pimenta Baniwa, com 5 unidades de produção distribuídas por diferentes partes do território de ocupação baniwa, junto com a iniciativa do artesanato faturou mais meio milhão de reais (R\$ 670.196,08) entre 2013–2019. A marca Baniwa goza de bom grau de visibilidade e consolidação no mercado gastronômico e de artesanato, o faturamento cresce ano a ano, alimentando boas expectativas sobre o potencial de desenvolvimento deste tipo de negócios na bacia (Relatório de Indicadores de Geração de Renda da Bacia do Içana).

Essas iniciativas sustentáveis de geração de renda têm ganhado proporção nos últimos cinco anos. O faturamento das associações indígenas e produtores com a comercialização de artesanatos, mel e própolis de abelhas nativas, frutas secas e castanha do uará quase dobraram nos últimos dois anos, possibilitando a circulação de cerca de R\$ 1.200.000,00 nas comunidades indígenas do Rio Negro em 2019. O fortalecimento dos grupos de produtores e organizações de apoio técnico para inclusão de produtos regionais nas chamadas públicas de aquisição de alimentação regionalizada pelo exército e escolas municipais (PNAE e PAA) também tiveram expressiva contribuição para geração de renda local em 2019.

Grupos Familiares

No levantamento socioambiental FOIRN e ISA/2017 foram entrevistadas 3.544 famílias da TI Alto Rio Negro. Dessas, 833 foram da região do Içana. Este formulário foi direcionado às atividades de produção e segurança alimentar das famílias, abordando questões relacionadas à pesca, caça, roça, extrativismo, venda de produtos, consumo de itens industrializados, permanência no centro urbano e impactos do programa Bolsa Família.

Pesca

A grande maioria das famílias Baniwa e Kori-pako (96%) pescam e apenas 4% responderam que não, estas do alto Içana, região de cabeceira onde o peixe é escasso e a caça se torna mais relevante. Para 73,9% das famílias a pesca é suficiente para o sustento da família enquanto 26% disseram que não; 44,5% das famílias que pescam vendem pescado de vez em quando e somente 1,7% o faz de modo frequente. No levantamento realizado há 10 anos atrás por OIBI/ISA/Fiocruz Amazônia, através do Projeto *Kophe Koyaanaly*, 70% das famílias acompanhadas durante 02 anos de monitoramento da pesca avaliaram suas pescarias como boas ou ótimas. Entretanto, 80% das famílias afirmaram que nos últimos cinco anos os peixes diminuíram de tamanho.



Foto VII – Valêncio Macedo (AIMA) oferece peixe moqueado aos visitantes na comunidade Urumutum Lago, Rio Ayari. Glenn Shepard, 2018.

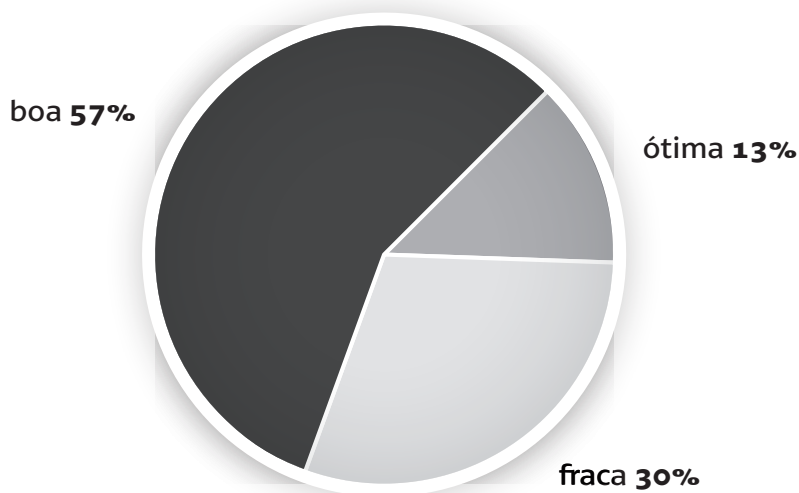


Figura 3: opinião de 293 pescadores sobre o grau de satisfação de suas pescarias – pesquisa acompanhada pelos pesquisadores indígenas de manejo Ambiental do projeto *Kophé Koyaanaly* (março/2006 a maio/2008). Fonte: OIBI, ISA, Fiocruz Amazônia, 2009.

Caça

60% das famílias afirmaram que caçam, enquanto 40% não. Para 77,5% das famílias algum tipo de caça, sobretudo queixada, mutum, caititu, paca e anta deixou de existir na área da comunidade nos últimos anos.

Roça

Ter uma roça é outro item que aparece como predominante entre as famílias entrevistadas. Das 833 entrevistas familiares, 784 (94%) possuem roça, 47 (5,6%) não possuem e 02 não responderam. A média do número de roças por família é de 3,7. Os dados desta seção explicitam a extensão e importância da agricultura de roça para a segurança alimentar e economia das famílias baniwa e koripako.

Comercialização de Produtos das Roças e Extrativismo

Os produtos da roça são vendidos por 59% das famílias, enquanto 40% não realizam esta prática. A farinha de mandioca aparece como produto mais vendido (46% das famílias), seguido da farinha de tapioca (21%), abacaxi (12%), beiju (11%) e banana (10%). As famílias que afirmaram vender produtos do extrativismo foram 14%, bem abaixo do número que declararam vender produtos da roça. Os itens e a quantidade de famílias que os vendem contabilizados foram: madeira (48 famílias), tucum (23 famílias) e cipó (10 famílias). Os dados revelam que, através do manejo sustentável dos recursos, uma imensa população baniwa ainda poderia obter ren-

da caso seus produtos pudessem conquistar mercados consumidores.

Consumo de Produtos Industrializados

O levantamento apurou quais itens básicos as famílias consomem, indicando que o maior consumo é direcionado a produtos alimentícios. O açúcar foi mencionado por 685 famílias (82%), o café por 652 (78%), o sabão por 574 (69%), as bolachas por 540 (65%), o sal por 522 (63%), o combustível por 496 (60%) e o arroz por 381 famílias (46%).

Segurança Alimentar

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional chama atenção para o fato de que uma população está em condições seguras relacionadas a sua alimentação e nutrição quando ela tem acesso regular ao consumo de alimentos de boa qualidade, na quantidade ideal e, por fim, que sejam alimentos culturalmente aceitos e desejados. Na avaliação da alimentação mais da metade das famílias, 436 (52%), respondeu que considera boa a sua alimentação, enquanto 376 (45%) consideram razoável e 19 famílias apontaram sua alimentação como ruim (2%). Duas famílias não responderam. A falta de peixe é tida como principal causa da alimentação ruim por 14 famílias (38%), seguida pela falta de caça (7 famílias; 19%), falta de dinheiro (7 famílias; 19%), e pela falta de roça (6 famílias; 19%), doença (2 famílias; 5%) e, por último, 1 família respondeu que a alimentação é ruim por ter ficado muito tempo fora da comunidade.



V. A Economia Invisível do Rio Negro, a partir da Experiência Baniwa e Koripako

São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro figuraram no “Atlas da Extrema Pobreza no Norte e no Nordeste do Brasil em 2010” entre os 10 municípios do Amazonas com maior taxa de extrema pobreza (IPC-IG, 2015). Oficialmente, o Governo Federal considera em situação de pobreza as famílias cuja renda domiciliar per capita, medida pelo Censo IBGE em 2010, era de até R\$ 140,00 mensais e, em situação de extrema pobreza, famílias cuja renda era de até R\$ 70,00 mensais.

Para quem vive ou conhece essa região, uma realidade que chama a atenção é que a maior parte das famílias que vivem nas TI destes municípios possuem um modo de vida, de produção e de circulação de “riquezas” que não são facilmente captados pelos métodos de aferição do IBGE, baseados na renda (circulação de dinheiro).

Ainda que a monetarização das comunidades siga crescendo, é impossível imaginar a sobrevivência na região sem as riquezas provenientes das florestas, dos rios e das roças. Como não são medidas monetariamente, essas riquezas constituem o que chamamos aqui de “Economia Invisível”. Invisível, neste caso, aos olhos de censos formais, porém muito evidente no dia-a-dia das comunidades que dependem desses benefícios na natureza para sua sobrevivência. No Brasil, a Plataforma Brasileira de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (BPBES) vem adotando o conceito de “Contribuição da Natureza para a Pessoas”, que seriam todas as contribuições positivas ou negativas, monetárias ou não, que as pessoas obtêm da natureza (ver <https://www.bpb.es.net.br/>).

Exercício de Medição da Economia Invisível na Bacia do Içana

Na bacia do Içana, um grupo de pesquisadores indígenas, professores e colaboradores nas escolas indígenas Baniwa e Koripako (EIBK) *Pamáali*, no Rio Içana, e *Heriene*, no Rio Ayari, foram pioneiros em identificar e estimar a produção e consumo de uma série desses recursos importantes através da coleção “O que a Gente Precisa para Viver e Estar Bem no Mundo”, que já possui os volumes 1 e 2. Com essa coleção podemos visualizar um pouco de toda a riqueza material e não material que circula no dia-a-dia das comunidades no processo de interação com as paisagens da região.

Foi com base nessas informações, atualizadas e complementadas com dados do PGTA que esboçamos aqui um primeiro exercício de mensuração dessa economia invisível, apresentado na tabela que segue. Os preços utilizados para atribuir valor monetário aos recursos consumidos nas comunidades foi obtido através de entrevista com 05 informantes em São Gabriel da Cachoeira (julho/19), adotando-se o menor preço informado, no caso de discrepância entre as opiniões.

Foto VIII –
Pessoas na fila se
preparam para
dabucuri durante
cerimônia de
abertura da Casa
da Pimenta Takairo
na comunidade
Canadá do Rio
Ayari. Carol
Quintanilha, 2018.



Tabela: Estimativa de Consumo Anual de Recursos na Bacia do Içana

Ambientes e Recursos		Consumo Familiar (5-8 pessoas)			Consumo Bacia (833 famílias)	
Domínio Ambiental	Recurso	Quantidade Estimada	Preço (R\$)	Valor monetário (R\$)	Quantidade Estimada	Valor monetário (R\$)
Floresta (aawaka-daliko)	Cipó Titica ¹	9 kg	R\$ 2,00	18,00	7.497 kg	14.994,00
	Caranã ²	23 feixes	R\$ 20,00	460,00	19.159 feixes	383.180,00
	Arumã ³	17 dz de talos	R\$ 5,00	85,00	14.161 dz	70.805,00
	Patauá ⁴	16 aturás	R\$ 30,00	480,00	13.328 aturás	399.840,00
	Açaí ⁵	48 latas	R\$ 40,00	1.920,00	39.984 latas	1.599.360,00
	Umarí ⁶	483dz (400kg)	R\$ 3,50	1.690,50	402.339 dz	1.408.186,50
	Lenha para fogo ⁷	432 feixes (8,64ton)	R\$ 6,00	2.592,00	359.856 feixes	2.159.136,00
Roça (kinikiriko)	Farinha de mandioca ⁸	48 latas (576kg)	R\$ 50,00	2.400,00	39.984 latas	1.999.200,00
	Pupunha ⁹	40 cachos (200kg)	R\$ 8,00	320,00	33.320 cachos	266.560,00
	Pimenta Jiquitiaia ¹⁰	7 litros	R\$ 40,00	280,00	5.831 litros	233.240,00
	Cana-de-açúcar ¹¹	36 dz	R\$ 12,00	432,00	29.988 dz	359.856,00
Rio (ooniriko)	Peixe ¹²	420 kg	R\$ 15,00	6.300,00	349.860 kg	5.247.900,00
TOTAL (R\$)				R\$ 16.977,50	R\$ 14.142.257,50	

Autores das monografias e observações:

1 Plínio Guilherme (Estima-se que 38% das comunidades acessam diretamente o cipó titica e que o restante o acessam por meio de trocas com comunidades das zonas de ocorrência);

2 Hernesto Suilo (Baseado na manutenção de 3 casas por família: uma de 70 feixes de caraná, outra de 60 e outra de 30 feixes e duração da cobertura por 7 anos);

3 Ronaldo Lourenço (Utilizou-se a estimativa mais baixa de uso registrada por (Shepard, *et al.* 2004), mas existem estimativas de uso de até 58dz de talos de arumã no ano);

4 Carlos Jesus Gonçalves Rodrigues (Noutra monografia, Elton José da Silva estimou o consumo de 120 litros de vinho/família/ano. Ao preço de R\$5,00 resultaria um valor monetário de R\$600,00/família/ano ou, para toda a bacia, o consumo seria de 99.960 litros e valor monetário de R\$499.800,00/ano);

5 Orlando Andrade Fontes (Noutra monografia, Aelson Garcia Brazão estimou o consumo de 16 aturás/família/ano. Resultaria num consumo de 13.328 aturás de açai para toda a bacia/ano);

6 Orlando Andrade Fontes e Carlos Jesus Gonçalves Rodrigues (Adotou-se safra de 2 meses e peso médio do fruto 69g (828g/dz) (Falcão & Lleras, 1980));

7 Edmilson Rodrigues da Silva (Baseado num consumo médio de 20kg (um feixe) por dia para cada família + 2 feixes extra por semana para torrar farinha);

8 Patrícia Gonçalves Rodrigues;

9 Gleibson da Silva Fontes - Adotou-se uma média de 5kg/cacho (Clement & Santos, 2002; Cymerys & Clement by Shanley & Medina, 2005);

10 Projeto Pimenta Baniwa;

11 Patrícia Gonçalves Rodrigues;

12 Erivaldo Macedo. Baseado na metade do consumo médio de 2,5kg/dia/família estimado para a comunidade de Juivitera, que é uma das comunidades mais produtivas da bacia. Noutra monografia, Orlando José estimou o consumo de 96kg de aracu-de-quatro-pintas/família/ano. Ao preço de R\$20,00 resultaria um valor monetário de R\$1.920,00/família/ano ou, para toda a bacia, o consumo seria de 79.968 kg e valor monetário de R\$1.599.360,00/ano.

A tabela resultante deste exercício, ainda que possa ser aperfeiçoada em vários aspectos, sobretudo por não resultar de um acompanhamento detalhado e de longa duração acerca do real consumo familiar nas comunidades, fornece uma ideia do quão importante é o volume de recursos que as famílias indígenas dispõem diariamente. O valor monetário estimado supera o montante de R\$ 11.634.970,40; que foi toda a renda em dinheiro aferida na bacia através de salários, aposentadorias, bolsas famílias e salários maternidade, no ano de 2017.

Ressalte-se que os itens apresentados e quantificados no exercício resumem-se apenas a um restrito conjunto de fibras, frutas e fontes de carboidratos e proteínas daquilo que vem a ser uma dieta extremamente diversificada praticada pelas comunidades rionegrinas. Por exemplo, sabemos do significativo consumo de caça na região, o que não está estimado na tabela acima. Natalia Pimenta, ecóloga assessora do ISA e especialista em manejo de fauna, fez-nos chegar a estimativa de Endo *et al.* (2009) de que os Baniwa da região do Médio Rio Içana envolvidos em sua pesquisa, entre 2003-2004, consumiam de 20,1 a 35,4 g de carne de caça por dia/pessoa. Estimativa está, abaixo do que a própria Natalia Pimenta e Walter Silva, pesquisador indígena da comunidade de Canadá/Rio Ayari, registraram em 18 meses de monitoramento naquela comunidade entre os anos de 2018-19 que indica o consumo médio de 110 g/dia/pessoa (Pimenta e Silva, 2019). Esta diferença de estimativas do consumo de caça reflete a diversidade de recursos entre as sub-regiões da bacia do Rio Içana, apresentada no início deste documento.

Onde estão também os abacaxis, bananas, beijus, tucupis, cubius, carás e toda uma

sorte de alimentos e medicamentos aqui não mensurados nesta oportunidade? Que impactos teriam eles no resultado?

Postos na ponta do lápis, atribuídos valores e incorporados nos sistemas de aferição da renda do IBGE, essa “renda” invisível das comunidades indígenas rionegrinas supera a renda per capita registrada para a região na atualidade. Uma renda de R\$ 16.977,50/família/ano, não contabilizada pelos sistemas oficiais, geraria uma renda per capita mensal de R\$176,84 (equivalente a R\$ 2.112,00 ao ano) para uma família de 08 indivíduos, o que já seria suficiente para modificar o status de região de extrema pobreza a ela atribuído no censo de 2010. Tais evidências sugerem que as metodologias, praticadas pelos órgãos oficiais do Estado para medir a pobreza-riqueza das comunidades não colaboram para a devida identificação e mensuração da Contribuição da Natureza para as Pessoas, contribuindo para inviabilizar ou mesmo deslegitimar meios de vida como os das comunidades indígenas perante a opinião pública e as políticas de desenvolvimento regional. Se as políticas de emprego e desenvolvimento experimentadas até então não foram suficientes para gerar renda capaz de retirar a maioria das famílias da extrema pobreza, tem-se no território demarcado uma grande fonte de bem-viver. Obviamente essa riqueza não é somente econômica, mas também existencial.

Pode-se dizer que, para o contexto indígena rionegrino, comunidades saudáveis com peixe na panela, farinha no panelo, e vinho de fruta na caneca, são uma contribuição de grande valor da natureza para as pessoas e uma grande riqueza que é preciso compreender e dar maior visibilidade.



Foto VIII – Senhor Emílio mostra sua zarabatana aos visitantes na comunidade Santa Rosa, Rio Içana. Glenn Shepard, 2018.

Manejo de Fauna na Bacia do Rio Içana

O consumo de carne de caça é uma prática amplamente difundida entre as populações indígenas, ribeirinhas e rurais da Amazônia, representando um recurso relevante para garantia da segurança alimentar desses povos. Estudo baseado no monitoramento participativo de caça realizado em 2005 no médio Içana mostrou que os Baniwa consomem de 20,1 a 35,4 g de carne de caça por dia/pessoa. De acordo com as novas metas estabelecidas pela FAO para os países em desenvolvimento (2015–2024), que sugere a ingestão de 80 g/dia/pessoa, a carne de caça no médio Rio Içana corresponde a 25% da necessidade diária de um indivíduo adulto por proteína animal.

Recentemente, pesquisa realizada por Agentes Indígenas de Manejo Ambiental (AIMA) do Rio Ayari (afluente do Rio Içana), entre maio de 2018 e agosto de 2019, indicou que **atualmente o consumo de carne de caça na região é quase o dobro que o registrado em 2005**. É possível que este aumento se deva ao incremento no acesso a armas de fogo e no uso de lanternas LED, podendo potencializar o número de caçadas bem-sucedidas. No entanto, também é neces-

sário considerar que o Médio Rio Içana é reconhecido pelos Baniwa como a região de lagos, onde o recurso pesqueiro é relativamente abundante e se configura como a principal fonte de proteína animal, enquanto os dados levantados para elaboração do PGTA indicaram que a região do Alto Rio Içana e do Rio Ayari são as regiões da bacia onde a atividade de caça de subsistência ocupa um espaço mais relevante na alimentação das famílias Baniwa e Koripako.

Apesar dos estudos sugerirem um significativo aumento da atividade de caça, o **monitoramento dos ciclos anuais da fauna e flora** realizado entre 2016–2019 pela rede de AIMAs da etnia Baniwa indicou que **a fauna de médio e grande porte tem aumentado na região**. De acordo com os registros e entrevistas realizadas pelos AIMAs, está cada vez mais comum encontrar rastros de anta, veado, tatu e queixada no entorno das roças e comunidades.

Os AIMAs alegam que isso se deve a reorganização social das comunidades Baniwa em busca de acesso à educação, saúde e atendimento a agendas religiosas, o que impossibilitaria as caçarias em locais mais distantes. É necessário que as famílias se mantenham próximas a suas comunidades. Ou seja, **por mais que o número de abates tenha sido ampliado, há uma maior limitação na área de forrageio**.

Esta dinâmica entre área de caça e área fonte (onde a fauna pode se reestabelecer) foi também identificada como um dos principais fatores que permitiram a recuperação das ariranhas na bacia do Rio Içana, conhecida pelos Baniwa como o **pajé das águas**. A espécie foi intensamente explorada para fins comerciais pelas grandes empresas de aviamento durante a segunda metade do século XX, chegando à beira da extinção local. Entretanto, **as ariranhas têm mostrado sinais de recuperação populacional desde o início dos anos 2000**, cerca de 30 anos após a proibição da caça comercial (Lei da Fauna e inclusão no CITES) e 10 anos após a demarcação da TI Alto Rio Negro. Estes fatores viabilizaram a expulsão de comerciantes não indígenas do território Baniwa e possibilitaram a retomada das práticas de manejo tradicional dos lagos e florestas.

Os estudos colaborativos sobre manejo de fauna na bacia do Rio Içana têm evidenciado que as práticas tradicionais de manejo podem manter sadias as populações de fauna cinegética, ressaltando o importante papel das Terras Indígenas na conservação e recuperação da fauna ameaçada ou historicamente superexplorada.

VI. Diretrizes dos Povos Baniwa e Koripako para a Gestão Territorial



Foto IX – Estudantes da Escola Baniwa Herieni durante cerimônia de abertura da Casa da Pimenta Takairo na comunidade Canadá, Rio Ayari. Carol Quintanilha, 2018.

Questões Centrais para Gestão do Território Baniwa e Koripako

Aqui apresentamos os resultados do processo de levantamento de informações, discussões e consultas regionais que foram finalmente respaldadas nas assembleias que os Baniwa e Koripako realizaram durante a elaboração do PGTA Nadzoeri, entre 2017 e 2018.

1) Território, Governança e Direitos indígenas

Sub-região	Problema	Proposta	Responsáveis
Médio Içana I e II		i) criação de um plano permanente e integrado de proteção e fiscalização das terras indígenas	i) MPF,
	i) falta de fiscalização	exigir, junto com o MPF, a anulação de todos os pedidos de pesquisa lavra mineral feito antes de 1988 na região da bacia do Içana e Rio Negro	Funai, Nadzoeri, Governo Municipal e Estadual



Maloca de Uapui Cachoeira, alto Rio Ayari. Giorgio Palmera, 2017.

Baixo Rio Içana	i) atualização do PGTA	i) PGTA deve ser revisado de quatro em quatro anos, e os dados devem ser atualizados e rediscutidos posteriormente a revisão deverá ser feita de dois em dois anos	i) representantes da organização vinculadas à Nadzoeri/FOIRN
	ii) documentação de reconhecimento	ii) documentação de legitimidade de líderes que representam as suas comunidades	ii) Funai e FOIRN
Alto Rio Içana	i) falta de oportunidade de trabalho para as comunidades Koripako, especialmente os jovens	i) fazer um levantamento de potencialidades para o desenvolver iniciativas de geração de renda nas comunidades Koripako	i) OIKAI deverá realizar um levantamento das potencialidades na área Koripako com apoio da FOIRN/Nadzoeri e Funai
	ii) continuidade do PGTA na região Koripako, pós validação	ii) a organização representativa e suas comunidades devem participar no processo de gestão, avaliação e implementação do PGTA Koripako	ii) OIKAI e Nadzoeri/FOIRN
	iii) instituições locais e principalmente escolas não estão integrando o calendário de eventos locais e religiosos dentro do calendário escolar	iii) as instituições locais e as escolas devem integrar em seus planos de trabalho e calendário os eventos realizados pelas comunidades	iii) OIKAI e comunidades
	iv) comunidades com pouco ou nenhum conhecimento sobre os direitos indígenas	iv) mais mobilização e conscientização das comunidades sobre os direitos indígenas, bem como participação de representantes Koripako nas mobilizações nacionais dos povos indígenas (Acampamento Terra Livre, realizado anualmente em Brasília)	iv) OIKAI e Nadzoeri/FOIRN

v) ausências e precariedades das políticas públicas nas comunidades Koripako do Alto Rio Negro

v) lideranças Koripako junto com as instituições representativas dos povos indígenas realizar articulação e buscar apoio junto com as instituições públicas no âmbito municipal, estadual e federal para melhorar e efetivar as políticas públicas nas comunidades Koripako

v) OIKAI, Nadzoeri/FOIRN, Câmara de vereadores, Funai, FEI

vi) necessidade de mobilização, fortalecimento das mulheres Koripako

vi) incentivar a mobilização, fortalecimento e organização das mulheres Koripako

vi) Departamento de Mulheres Indígenas da FOIRN junto com a OIKAI e Nadzoeri/FOIRN

2) Educação Escolar Indígena

Sub-região

Problema

Propostas

Responsáveis

i) acessibilidade ao ensino básico

i) criar 4 novas escolas de ensino médio; *Barekeniwa, Ttolee, Pamáali, Eeno Hiepole*

i) Governo Estadual, Governo Federal e SEMED

ii) acessibilidade ao ensino superior e técnico e técnico

ii) promover cursos técnicos e tecnólogos em nível médio e superior em TI, de acordo com o interesse dos povos Baniwa e Koripako

ii) Governo Estadual, Governo Federal e SEMED

iii) falta de políticas de produção e publicação de materiais didáticos

iii) criar programas de produção, publicação e reedição dos materiais didáticos

iii) FOIRN/Nadzoeri



Foto XI – Sala de aula na escola da comunidade Bela Vista, Médio Rio Içana. Natalia Pimenta, 2015.

Baixo Rio Içana

i) sistema educacional	i) exigir dos órgãos competentes uma educação de qualidade nas escolas indígenas conforme as leis que regem sobre os nossos direitos na Constituição Federal e no LDB CNE	i) MEC, SEDUC E SEMED
ii) falta de reconhecimento dos conhecedores e sábios tradicionais	ii) o MEC deve reconhecer os sábios e conhecedores tradicionais como mestres para atuarem nas escolas indígenas, sem que seja exigido a diploma	ii) MEC
iii) formação de professores indígenas	iii) governo ou MEC deverá dar a continuidade de formação continuada e diferenciada dos professores indígena conforme a lei do LDB	iii) MEC
iv) ausência de recurso financeiro	iv) o governo deverá implantar ou criar uma secretaria específica para receber e administrar recursos destinados para educação dos povos indígenas	iv) MEC

v) ausência de projetos políticos pedagógicos

v) o conselho municipal de educação do município deverá acompanhar todos os projetos políticos pedagógicos – PPPIs das escolas indígenas que estão em processo de elaboração e finalização para a aprovação dos mesmos

v) SEMED

i) falta de escolas e infraestrutura para escolas existentes

i) transformar território etnoeducacionais em unidades executoras administrativas

i) Nadzoeri/FOIRN, ISA, universidades e institutos de pesquisa, SEDUC

ii) desqualificação dos docentes

i) estadualizar e transformar as escolas do Rio Ayari em tempo integral e técnico
ofertar cursos de formação continuada nas áreas de: educação, informática, administração, secretariados, bioquímica, direitos, contabilidade, odontologia, medicina, agronomia, geologia, e engenharia mecânica

ii) Governo Municipal, SEMED, SEDUC, MEC, DSEI ARN, SESAI/ MS

iii) falta auxílio de alimentação de profissionais

iii) fornecer kit de alimentação para professores e agente de saúde

iii) Governo Municipal, SEMED, SEDUC, MEC, DSEI ARN, SESAI/ MS

iv) dificuldades de acesso ao estatuto do servidor da área de educação municipal, estadual e federal

iv) promover o acesso aos direitos do servidor público como previsto no estatuto do servidor da área da educação

iv) APIARN, COPARN, Nadzoeri /FOIRN e Nadzoeri, Conselho Municipal de Educação

v) ausência de plano de carreira para o funcionário da área de educação escolar indígena

v) criar o plano de carreira do funcionário da área de educação escolar indígena no Estado e revisão/ adequação na legislação municipal

v) Prefeitura Municipal e Governo Estadual, Câmara dos Vereadores e Assembleia Legislativa do Amazonas

vi) dificuldades de acessos às universidades

vi) aumentos de cotas indígenas nas universidades

vi) FOIRN, Funai, SEMED, SEDUC, MEC e universidades

i) escolas com estrutura precária ou inexistente	i) construção de prédios escolares nas comunidades Koripako com biblioteca e laboratório de informática com acesso à internet	i) OIKAI junto com Nadzoeiri/FOIRN irão articular e apresentar demandas de prédios escolares para a SEMEC, SEDUC e MEC
ii) necessidade de formação continuada dos professores	ii) garantir a participação de jovens Koripako nos cursos de formação para professores como em licenciaturas e outros cursos importantes e necessários para fortalecimento e qualidade da educação escolar Koripako	ii) APIS deverá articular e demandar a formação de professores com a SEMEC, SEDUC e MEC
iii) dificuldade de acesso ao ensino superior ou em cursos profissionalizantes	iii) incentivar e apoiar os jovens Koripako a ingressar nas universidades por meio de contas e programas já existentes	iii) apoio da OIKAI e departamento de educação da FOIRN aos estudantes Koripako durante aplicação aos editais de processo seletivo a universidades
iv) dificuldades ou ausência de transporte escolar para estudantes	iv) realizar cursos profissionalizantes na região Koripako em áreas voltadas para apoiar e fortalecer as iniciativas das comunidades	iv) OIKAI e APIS irão realizar o levantamento de demandas e encaminhar a SEMEC
v) falta de transporte escolar	v) a secretaria municipal de educação deve efetivar o transporte escolar aos estudantes que precisam	v) OIKAI e APIS irão realizar o levantamento de demandas e encaminhar a SEMEC

3) Saúde Indígena

Sub-região	Problemas	Propostas	Responsáveis
Médio Rio Içana I e II	i) ausência de serviço médico nas comunidades	i) o DSEI deve garantir a presença de um médico por região geopolítica da FOIRN com visitas frequentes aos pólos base	i) DSEI e Governo do Estado
	ii) dificuldade de atendimento médico na cidade	ii) encaminhar as reivindicações das comunidades ao conselho municipal de saúde e CONDISI	ii) Nadzoeri/FOIRN e associações
	iii) invisibilidade e desvalorização da medicina tradicional	iii) promover a valorização da medicina tradicional através de cursos de formação para agentes indígenas, eventos e pesquisas sobre o tema com apoio financeiro do DSEI, governo municipal e estadual	iii) DSEI, Nadzoeri/FOIRN e Fiocruz
	iv) falta de cursos de formação técnica (nível médio e superior)	iv) promover os cursos de formação nas bases (AIS e técnicos de enfermagem)	iv) DSEI e SESAI
	v) falta de visitas constantes da equipe de saúde às comunidades atendidas pelo pólo base de Tunuí Cachoeira	v) cobrar através de conselho e conselheiros a programação de atendimento de serviço de saúde intensivo nas comunidades do pólo base de Tunuí Cachoeira	v) DSEI, CONDISI e pólos base
Baixo Rio Içana	i) fortalecer a saúde indígena	i) recontratação dos Agentes Indígenas de Saúde- ACIS que foram exonerados para dar continuidade nos trabalhos em suas comunidades	i) São Vicente de Paula/DSEI
	ii) fortalecimento da medicina tradicional	ii) oficinas de formação sobre as plantas medicinais, hortas caseiras, e coleção de remédios tradicionais que podem ser úteis a cura	ii) CONDISI/DSEI



Foto XII – Pedro Brazão recebe tratamento com plantas medicinais na comunidade Tucumã–Rupitá, médio Rio Içana. Glenn Shepard, 2018.

Baixo Rio Içana

iii) composição de equipe multidisciplinar

iii) a equipe multidisciplinar do DSEI deverá ser como apoio permanentes nos seus pólos–bases e de abrangência

iii) DIASI/DSEI

iv) falta de controle social das políticas públicas de saúde

iv) o presidente do conselho distrital e dos conselheiros locais de cada pólo deverá acompanhar periodicamente quando a equipe realizar suas atividades de vistas nas comunidades

iv) CONDISI/DSEI

v) referência de posto de saúde

v) equipar a Unidade Básica de Saúde Indígena (UBSI) da comunidade Boa Vista; reativar o mini hospital da comunidade de Assunção

v) SESAI

Rio Ayari

i) falta de posto de atendimento médico	i) construção de mini-posto estruturado em todas as comunidades	i) Nadzoeri, DSEI ARN, SESAI, MS, FOIRN, Estado do Amazonas e universidades
ii) falta de profissionais de saúde para região do Ayari	ii) curso de formação continuada: enfermagem, odontologia, medicina, epidemia, endemias e saneamento ambientais	ii) Nadzoeri, DSEI ARN, SESAI, MS, FOIRN, IFAM, UEA e UFAM
iii) falta de equipamentos para atendimentos de saúde e diagnósticos	iii) implantar mini-laboratório móvel; equipar profissionais de saúde com microscópios eletrônicos, kit de teste rápido; implantar hospital específico para povos indígenas no Município de São Gabriel da Cachoeira; contratação de agente de endemias no Rio Ayari	iii) Nadzoeri, DSEI ARN, SESAI, MS e SEMSA
iv) falta de valorização de medicina tradicional	iv) criação de um laboratório de processamento de plantas medicinais para medicina alopática	iv) Nadzoeri, DSEI ARN, SESAI, MS, SEMSA, FIOCRUZ, FOIRN e Instituto Butantã

Alto Rio Içana

i) precariedade de atendimento da equipe multidisciplinar na região Koripako, porém, com melhora notável no último ano	i) criação de mini hospital para as comunidades Koripako	OIKAI e Conselheiros Distritais e locais serão responsáveis por apresentar as demandas das comunidades Koripako ao DSEI, Funai, Nadzoeri e FOIRN
ii) não há apoio ao Agente de Saúde para atividades de resgate	ii) equipar com insumos de primeiros socorros as comunidades estratégicas para resgate de pacientes (Curacy e Jerusalém)	

iii) ausência de transporte para pacientes de São Gabriel à comunidade

iii) estruturar sistema de resgate em pontos estratégicos como: Curacy e Jerusalém

iv) falta de insumos e estrutura básica para o Agente de Saúde realizar atendimento nas comunidades

iv) cobrar os chefes de pólo base, conselho municipal de saúde, CONDISI e DSEI para suprir os agentes de saúde com insumos (medicamentos), meio de transporte e local apropriado para atendimento

v) ausência de Agentes Indígena de Saúde em cinco comunidades Koripako: Nazaré, Warirambá, Boa Vista, Wainambí e Camanaus

v) reconstrução dos ACIS Koripako demitidos

vi) ausência de microscopistas na região

vi) valorização de conhecedores de plantas medicinais e parteiras

vii) necessidade da valorização da medicina tradicional e parteiras

vii) promover a valorização da medicina tradicional através de cursos de formação para agentes indígenas, eventos e pesquisas sobre o tema com apoio financeiro do DSEI, governo municipal e estadual

4) Infraestrutura, Comunicação, Lixo e Saneamento

Sub-região	Problemas	Propostas	Responsáveis
Médio Rio Içana I e II	i) falta de saneamento básico nas comunidades	i) criação de um plano de saneamento ambiental das comunidades, implementar e contratar agentes indígenas de saneamento ambiental	i) DSEI
	ii) falta de sistema de destinação de resíduos sólidos nas comunidades	ii) implementação de logística de remoção de resíduos tóxicos para fora de todas as TIs do ARN	ii) Exército Brasileiro
	iii) ausência de investimento para implementação do plano de gestão de resíduos sólidos em São Gabriel da Cachoeira	iii) elaborar projetos de plano de gestão de resíduos sólidos nos municípios do Rio Negro e implementar com apoio do governo estadual e federal	iii) SEMAS, Ministério da Cidade, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Saúde e Ministério da Defesa
Rio Ayari	i) falta de abastecimento de água nas comunidades do Rio Ayari	i) instalação de carneiro hidráulico para captação de água em todas as comunidades e sítios do Rio Ayari	i) ACIRA, UMIRA, Nadzoeri/FOIRN, DSEI e ISA
	ii) falta de energia nas comunidades	ii) implantar energia limpa (placa solar com baterias) em todas as comunidades; instalação de mini turbina hidrelétrica para geração de energia em áreas de corredeira	ii) ACIRA, UMIRA, Nadzoeri/FOIRN, DSEI, Exército e ISA
	iii) ausência de programas de destinação de lixo nas comunidades	iii) contratação de agente de saneamento ambiental (AISAM)	iii) ACIRA, UMIRA, Nadzoeri/FOIRN, DSEI e ISA

iv) ausência de rede de telefonia e internet nas comunidades e escolas

iv) implantar antenas de internet, celular e TV nas comunidades estratégicas; radiofonias em todas as comunidades; propor pagamento de taxa do valor de R\$ 5.00 mensal para todas as comunidades

iv) MCTEIC, ACIRA, UMIRA, Nadzoeri/FOIRN, DSEI, Exército, Anatel e ISA

v) dificuldade de manutenção de rádio manutenção nas comunidades

v) implantação de banco postal para região do Rio Ayari; viabilizar a construção de casas populares na região do Rio Ayari

v) ACIRA, UMIRA, Nadzoeri/FOIRN, DSEI, Exército, Correio, Governo do Estado e Governo Federal

vi) dificuldades de acessos de programas sociais; minha casa, minha vida e renda

vi) construção de estrada na comunidade estratégica Tunuí e Uapui Cachoeira; Reativação de pista de pouso em Uapui Cachoeira

vi) ACIRA, UMIRA, Nadzoeri/FOIRN, Exército e DSEI



Foto XIII – Paulo da Silva, professor e pesquisador Baniwa, mostra sistema de carneiro hidráulico instalado na comunidade Santa Isabel do Rio Ayari. Carol Quintanilha, 2018.

i) falta de saneamento básico	i) elaboração de plano de saneamento básico para as comunidades	OIKAI, Nadzoeri/FOIRN, Funai, DSEI e ISA
ii) falta de iluminação pública	ii) criação de micro turbina hidrelétrica para iluminação das comunidades	
iii) falta sistema de comunicação nas comunidades	iii) instalação de radiofonia, internet, telefone fixo e rede móveis para as comunidades	
iv) falta infraestrutura para passagem pelas cachoeiras mais perigosas	iv) abertura de vicinal entre a comunidade aracu cachoeira a coracy para facilitar passagem por 8 cachoeira via terrestre	

5) Manejo e Iniciativas Produtivas

Sub-região	Problemas	Propostas	Responsáveis
Médio Rio Içana I e II	i) falta de valorização do sistema agrícola do Rio Negro	i) reconhecer e apoiar financeiramente a produção proveniente do sistema agrícola <i>Kaaly</i>	Nadzoeri/FOIRN, FEI, CETAM, ADS, IDAM, Governo Municipal e Estadual
	ii) ausência de planos de manejo de recursos naturais	ii) apoiar financeiramente as propostas existentes para o manejo de recursos pesqueiros e a elaboração de plano de manejo de caça e de coleta de frutas silvestres	
	iii) ausência de projetos de geração de renda e segurança alimentar	iii) apoiar a execução de projetos e iniciativas de criação de pequenos animais e peixes nativos para segurança alimentar dos povos Baniwa e Koripako	



Foto XIV – Produtoras carregam pimentas frescas colhidas na roça próxima à comunidade Canadá, no Rio Ayari. Carol Quintanilha, 2018.

Médio Rio Içana I e II

iv) ausência de formação continuada voltada para empreendedorismo socioambiental;

iv) estabelecer parcerias com universidades para viabilizar a formação de indígenas para gestão de negócios sustentáveis

v) falta de incentivo para a comercialização de produtos indígenas

v) elaborar propostas para cancelamento da taxa de impostos federais e estaduais aos produtos indígenas; Promover a realização de feiras e exposições de produtos indígenas

vi) falta de formação de indígenas para a elaboração de projetos

vi) viabilizar a formação de profissionais indígenas para a elaboração de projetos de negócios sustentáveis regionais; apoio para execução de projetos relacionados à segurança alimentar dos povos indígenas da bacia do Rio Içana

Baixo Rio Içana

i) falta de apoio a projetos de etnodesenvolvimento sustentável

i) elaboração de projetos regionais de desenvolvimento sustentável e etnodesenvolvimento

i) AIRC, OCIDAI e Nadzoeri/FOIRN

ii) ausência de cursos de capacitação para o manejo de recursos naturais

ii) implementação de cursos técnicos para formação de Agentes Indígenas de Manejo Ambiental (AIMAs) para elaboração de planos de manejo no baixo Rio Içana

ii) Funai, FOIRN e ISA

i) dificuldades para o escoamento de produtos

i) construção de mercado Baniwa no Rio Ayari e na área urbana; aquisição de 2 barcos e um caminhão para transporte de produtos

i) ACIRA, UMIRA, Nadzoeri/FOIRN, FOIR, ISA, Funai, Ministério da Cultura, FEI, Ministério do Transporte, SEMED, IPHAN e SEPROR

Rio Ayari

ii) dificuldade para o beneficiamento de produtos

ii) implantação mini-central de processamento de produtos do sistema agrícola para comercialização

ii) ACIRA, UMIRA, Nadzoeri/FOIRN, ISA, Funai, Ministério de Cultura, SEMED, IPHAN e SEPROR

iii) falta de capacitação para o manuseio de maquinário

iii) realização de oficinas de formação técnica para o manuseio de maquinário agrícola

iii) ACIRA, UMIRA, Nadzoeri/FOIRN, ISA, Funai, Ministério de Cultura, SEMED, IPHAN e SEPROR

6) Atividades Minerárias

Evitar a entrada indevida de terceiros para exploração de recursos naturais em nossas terras é um grande desafio para a gestão territorial da bacia do Rio Içana e o Bem Viver Baniwa e Koripako. Atualmente, o principal recurso que fomenta a entrada ilegal de não indígenas em nossas terras é o minério, em específico a tantalita.

A bacia do Rio Içana tem sido foco de interesse de empresários do setor de exploração mineral desde a década de 70, quando havia na região empresas que atuavam na extração de tantalita e ouro. Os impactos negativos na organização social e manifestações culturais dos povos Baniwa e Koripako em decorrência da atividade minerária na região levou às organizações indígenas a expulsarem essas empresas. Já na década de 1990, com a demarcação da Terra Indígena do Alto Rio Negro, a exploração mineral na bacia passou a ser inviabilizada, uma vez que a Constituição Federal de 1988 proibiu práticas de prospecção mineral em Terras Indígenas na ausência de aparatos regulatórios (Art. 176, parágrafo 1º).



Área de extração de cassiterita da Paranapanema. No canto inferior à direita, o posto da Funai, que ficou fora da demarcação da TI Waimiri Atroari, Amazonas. José Porfírio de Carvalho, 1988.

Apesar de não haver a regulamentação para a prática de exploração mineral em Terras Indígenas, existiam cerca de 480 requerimentos de pesquisa e exploração mineral por terceiros na área da bacia do Içana, indeferidos em fevereiro de 2019 pelo Ministério Público Federal através de limiar³. A ação civil pública exigiu que a Agência Nacional de Mineração (ANM) indeferisse todos os requerimentos minerários em Terras Indígenas no estado Amazonas por considerar a prática ilegal e inconstitucional. A entrada ilegal de empresários e pesquisadores vinculados à mineração na Terra Indígena entre 2015–2019 foi denunciada ao Ministério Público Federal e resultou em

recomendações⁴ que asseguram os direitos indígenas – de consulta prévia e informada – como previsto na Convenção 169 da OIT.

Nós entendemos que a retomada desse tipo de atividades, se regulamentada as atividades minerárias em Terras Indígenas, deve primeiramente passar por um estudo minucioso de viabilidade da cadeia produtiva; avaliação de impactos ambientais, sociais e culturais; organização e protagonismo espontâneo das comunidades indígenas; e estar condicionada ao processo de avaliação dos povos indígenas assegurado pelo Protocolo de Consulta da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro e dos povos Baniwa e Koripako.

Sub-região	Problemas	Propostas	Responsáveis
Baixo Rio Içana	i) falta de garantia dos governos para consulta prévia	i) ter consulta prévia livre e informada das comunidades para a exploração de mineração em terras indígenas	i) Funai e FOIRN
	ii) desconhecimento dos projetos de lei sobre mineração em TIs	ii) realizar seminários de esclarecimento sobre a exploração de minério em terras indígenas	ii) Funai e FOIRN
Rio Ayari	i) falta de garantia em lei específica do direito de exploração de minério pelas próprias comunidades	i) promover orientação para garantir o direito das comunidades para exploração mineral	i) Nadzoeri/ FOIRN, ISA, Funai, Ministério de Minas Energia, DNPM (Departamento Nacional de Pesquisa e Minério)

3 Ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal na 1ª Vara Federal Cível da Justiça Federal do Amazonas, sob o número 1000580-84.2019.4.01.3200.

4 As recomendações resultantes da denúncia ao Ministério Público são identificadas com os seguintes números de protocolo: nº 1.13.000.000727/2016-59 e nº 1.13.000.000273/2017-05.

7) Cultura e Salvaguarda de Patrimônio Socioambiental



Foto XVI – Jacinto da Silva, Paulo da Silva e Afonso Brazão, fazem apresentação da dança Mawako durante cerimônia festiva na comunidade Santa Isabel do Rio Ayari. Carol Quintanilha, 2018.

Sub-região	Problemas	Propostas	Responsáveis
Médio Rio Içana I e II	i) falta de reconhecimento do patrimônio cultural Baniwa e Koripako	i) elaboração de planos de salvaguarda do sistema mitológico dos povos Baniwa e Koripako; reconhecer e valorizar o sistema Kaaly o patrimônio cultural Baniwa e Koripako	i) Nadzoeri/FOIRN, IPHAN, ISA (rede de AIMAs); Ministério das Relações Exteriores
	ii) falta de apoio financeiro para atividades culturais no município	iii) proteger e divulgar o sistema agrícola Kaaly através da sua patrimonialização	

i) falta valorização dos conhecedores de práticas culturais (danças, músicas e benzimentos) e pajés

i) desenvolver pesquisas sobre os conhecimentos tradicionais e para a conservação dos locais sagrados

i) Nadzoeri/FOIRN e ISA

i) falta de valorização dos conhecimentos tradicionais

i) promover festas cívicas, religiosas e culturais indígenas; criar museu Baniwa na região do ayari e na sede do município

i) ACIRA/UMRA, Nadzoeri, FOIR, ISA, Funai, DSEI, SEMED, IPHAN

ii) falta de valorização dos conhecimentos artísticos

ii) incentivar o resguardo do patrimônio cultural material e imaterial dos povos Baniwa e Koripako

ii) ACIRA, UMIRA, Nadzoeri/FOIRN, ISA, Funai, SEMED, IPHAN e Ministério da Cultura



Foto XVII – André Baniwa lidera votação na Assembleia Comemorativa de 25 anos da Organização Indígena da Bacia do Içana (OIBI), na comunidade Tucumã–Rupitá, Rio Içana. Natalia Pimenta, 2019.

8) Cidadania Indígena

Sub-região	Problemas	Propostas	Responsáveis
Baixo Rio Içana	i) dificuldade de acesso ao registro indígena	i) os povos indígenas deverão ter direito ao acesso de registro de nascimento indígena- RANI para manter a regularidade de ensino nas escolas indígenas	i) Funai e Nadzoeri/ FOIRN

Prioridades do PGTA dos Povos Baniwa e Koripako

Saúde Indígena

1.1) melhoria de serviço de saúde nas comunidades através de pólos bases no Içana e afluentes com insumos e profissionais permanentes, para seu pleno funcionamento	1.1) MS, SESAI e DSEI
1.2) fortalecer o controle social da saúde indígena através de capacitação e formação de conselheiros	1.2) FOIRN e Nadzoeri junto com as associações de base
1.3) valorizar a medicina tradicional e práticas interculturais de saúde através da criação da Farmácia Viva Baniwa e Koripako	1.3) a Nadzoeri articularia com os conhecedores tradicionais e buscar parcerias potenciais
1.4) promover os cursos de formação nas bases (ai, tec. Enfermagem)	1.4) CETAM, FEI e FIOCRUZ

Proteção Territorial, Governança e Direitos Indígenas

2.1) monitoramento, fiscalização e vigilância urgente e permanente pelo exército em momentos de ausência da Funai

2.1) Exército, Funai e Polícia Federal

2.2) garantir permanência de chefe de Coordenação Técnica Local em Tunuí-Cachoeira, equipado, com equipe mínimo e insumos

2.2) Ministério da Justiça e Funai

2.3) reconhecer a categoria e contratar Agentes Indígena de Manejo Ambiental para iniciativas interculturais de gestão ambiental e territorial nas comunidades

2.3) AIMAs, ISA, FOIRN, Funai, comitê do sítio Ramsar e parceiros potenciais

2.4) fortalecer a Organização Indígena Baniwa e Koriipako para implementação do PGTA

2.4) Associações de base

Infraestrutura, Comunicação, Lixo e Saneamento

3.1) promover obras que facilitem a mobilidade em trechos de cachoeiras, com base em estudos de viabilidade e impactos ambientais

3.1) Nadzoeri/FOIRN elabora proposta para o Exército

3.2) instalar sistema de comunicação nas escolas e comunidades onde não existe e garantir manutenção de toda a rede (telefone público, radiofonia, internet e antena de telefonia móvel)

3.2) Nadzoeri/FOIRN elabora uma solicitação para o MCTIC (Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação)

3.3) buscar alternativas de energia elétrica apropriada para abastecer as comunidades e escolas

3.3) Nadzoeri/FOIRN elabora uma solicitação para para secretaria municipal de obras;

3.4) implementar sistema de água (troca de experiência com pessoal do peru)

3.4) DSEI, ISA, Funai e outros parceiros

Educação indígena

4.1) emancipar as salas de extensão de boa vista do Içana (escola <i>Barekeniwa</i>), Tunuí – Cachoeira (escola <i>Ttolee</i>), Pamáali (escola <i>Kalikattaadapa</i>), Canadá (escola <i>Eeno Hiepole</i>) e Nazaré do Cubate (escola Nazaré) das escolas matrizes atuais	4.1) cada comunidade escolar, juntamente com a Nadzoeri, encaminha a proposta para a SEDUC e para o Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena do Amazonas
4.2) elaborar e encaminhar para reconhecimento os PPPIs das escolas citadas acima e da escola <i>Kariamã</i> (assunção)	4.2) idem 4.1
4.3) mudar local de escola Duque de Caxias do quartel para a comunidade São Joaquim (Alto Içana)	4.3) idem 4.1
4.4) construir prédios escolares adequados e garantir a manutenção permanente	4.4) Prefeitura/SEMED, SEDUC e MEC
4.5) promover a formação continuada de professores indígenas nas bases, respeitando a territorialidade e pertencimento etnolinguístico	4.5) Universidades e Institutos de Pesquisa e Ensino Federais e Estaduais, em parceria com a rede de escolas Baniwa e Koripako
4.6) revisar o projeto do instituto dos conhecimentos indígenas do Rio negro (ICIPRN) com a instalação de um núcleo de formação avançado Baniwa e Koripako na bacia do Içana	4.6) FOIRN e ISA
4.7) promover cursos em técnicos e tecnólogos em nível médio e superior em ti, de acordo com o interesse dos Baniwa	4.7) CETAM e FEI
4.8) criar programas de produção linha publicação e reedição dos materiais didáticos	4.8) MEC, FIOCRUZ e ISA

Cultura e Salvaguarda

5.1) mapear e patrimonializar o sítio central de comando <i>Ñapirikoli</i> , os locais de acontecimentos de eventos de criação do mundo e da humanidade e a língua Baniwa e Koripako	5.1) Nadzoeri com pesquisadores e instituições parceiras junto com o IPHAN/Minc
--	---

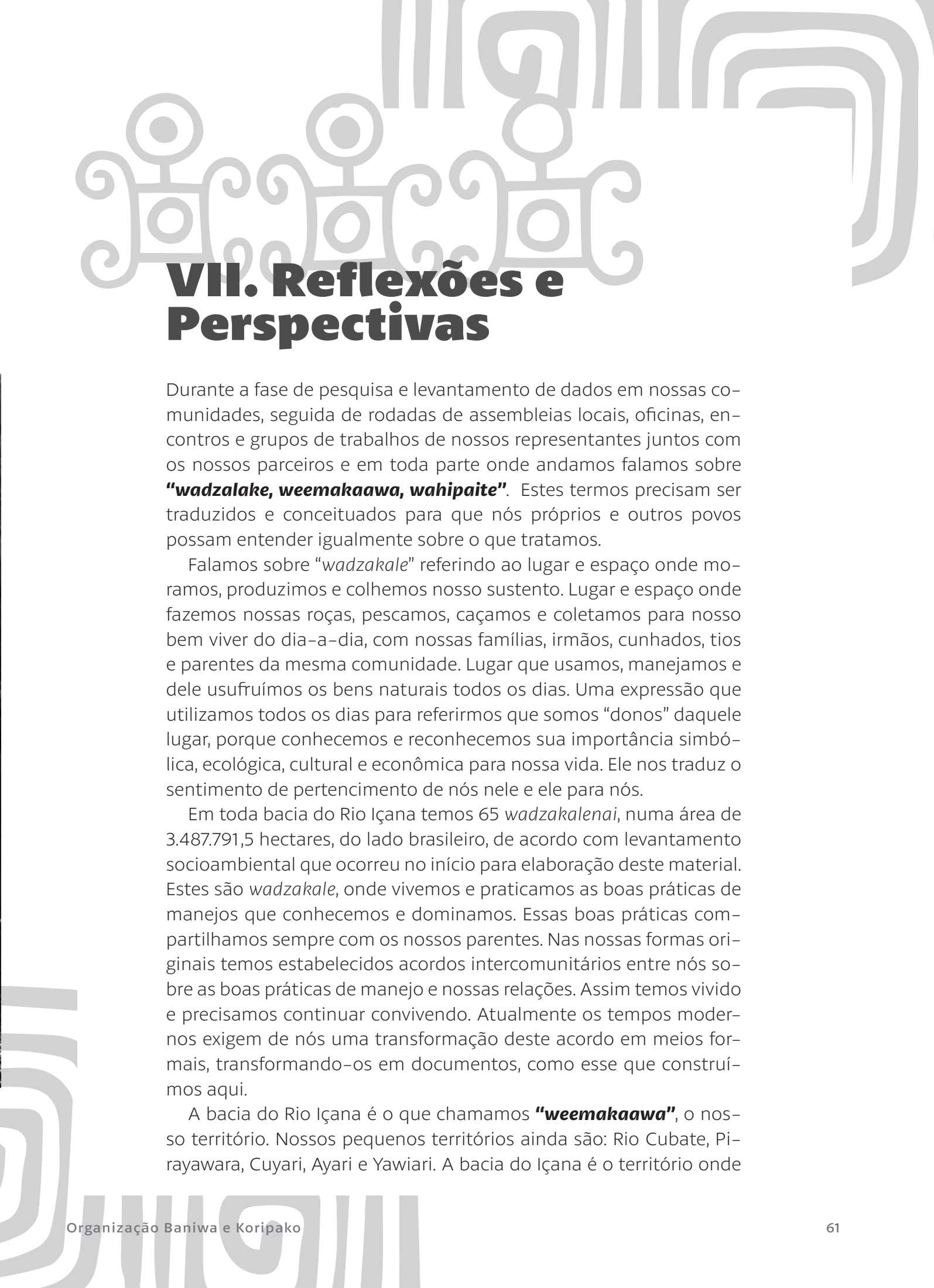
Manejo e Iniciativas Produtivas

6.1) implantar Sistema de Sustentabilidade Baniwa e Koripako (Projeto *Manakai*) direcionados a Educação, patrimônio cultural, geração de renda e sistema agrícola tradicional

6.1) Nadzoeri, Organização Indígena da Bacia do Içana (OIBI) e demais organizações de base



Foto XVIII – Armino Brazão, Agente Indígena de Manejo Ambiental (AIMA) navega pelo igarapé Pamáali, Rio Içana. Natalia Pimenta, 2015.



VII. Reflexões e Perspectivas

Durante a fase de pesquisa e levantamento de dados em nossas comunidades, seguida de rodadas de assembleias locais, oficinas, encontros e grupos de trabalhos de nossos representantes juntos com os nossos parceiros e em toda parte onde andamos falamos sobre **“wadzalake, weemakaawa, wahipaite”**. Estes termos precisam ser traduzidos e conceituados para que nós próprios e outros povos possam entender igualmente sobre o que tratamos.

Falamos sobre **“wadzakale”** referindo ao lugar e espaço onde moramos, produzimos e colhemos nosso sustento. Lugar e espaço onde fazemos nossas roças, pescamos, caçamos e coletamos para nosso bem viver do dia-a-dia, com nossas famílias, irmãos, cunhados, tios e parentes da mesma comunidade. Lugar que usamos, manejamos e dele usufruímos os bens naturais todos os dias. Uma expressão que utilizamos todos os dias para referirmos que somos “donos” daquele lugar, porque conhecemos e reconhecemos sua importância simbólica, ecológica, cultural e econômica para nossa vida. Ele nos traduz o sentimento de pertencimento de nós nele e ele para nós.

Em toda bacia do Rio Içana temos 65 *wadzakalenai*, numa área de 3.487.791,5 hectares, do lado brasileiro, de acordo com levantamento socioambiental que ocorreu no início para elaboração deste material. Estes são *wadzakale*, onde vivemos e praticamos as boas práticas de manejos que conhecemos e dominamos. Essas boas práticas compartilhamos sempre com os nossos parentes. Nas nossas formas originais temos estabelecidos acordos intercomunitários entre nós sobre as boas práticas de manejo e nossas relações. Assim temos vivido e precisamos continuar convivendo. Atualmente os tempos modernos exigem de nós uma transformação deste acordo em meios formais, transformando-os em documentos, como esse que construímos aqui.

A bacia do Rio Içana é o que chamamos **“weemakaawa”**, o nosso território. Nossos pequenos territórios ainda são: Rio Cubate, Pirayawara, Cuyari, Ayari e Yawiari. A bacia do Içana é o território onde

nós pertencemos e o território que nos pertence. Este é o nosso espaço coletivo como povos Baniwa e Koripako. Deste precisamos cuidar em coletivo, que chamamos de gestão do nosso território.

Quando falamos **“wahipaite”**, estamos referindo-nos a nossa terra como um todo. Nossa terra de pertencimento mais abrangente. Nossa terra indígena do Alto Rio Negro, que também usamos em coletivo com 23 povos. *Wadzakale* é São Gabriel da Cachoeira. *Weemakaawa liko*, o estado do Amazonas. *Wahipaite*, o Brasil. Somos nativos brasileiros. Brasil foi nome dado ao nosso país. E já existimos aqui desde sempre. Porém quando *wahipaite* foi invadida, perdemos o controle. Foram estabelecidas outras formas de governar. É com essas outras formas de governar é que precisamos lidar. As leis existem, construídas com pouca participação indígena e aprovadas por não-indígenas. Hoje existem nossos direitos nas leis municipais, estaduais, nacionais e internacionais. Mas não são implementadas como gostaríamos que fossem.

Daí a importância de constituir nossas associações para lutar pelo nosso bem coletivo. Daí a importância, hoje, de estarmos elaborando o nosso plano de bem viver em nossas comunidades, nosso território e em nossa terra.

Partindo deste princípio, nossas associações passaram a lutar pela demarcação de nossa terra, pela valorização e promoção da **cultura, educação, saúde, assistência social, esporte, pesquisa e desenvolvimento de alternativas econômicas sustentáveis**. O conjunto destes mecanismos é o que chamamos de Plano de Gestão Territorial e Ambiental da bacia do Içana – PGTA/Içana.

Segundo o levantamento socioambiental temos um total de 52 escolas de ensino fundamental em nossas comunidades, com pouco mais de 1.100 estudantes. Temos apenas 02 escolas estaduais com 09 salas de extensão que promovem o ensino médio, e atendem torno de 340 estudantes. Temos nossos próprios professores formados ou em formação no magistério indígena, licenciaturas interculturais e outros em pós-graduação. Gostaríamos que todos os nossos professores tivessem a pós-graduação, mestres e doutores. Precisamos **fortalecer a Rede de Escolas Baniwa e Koripako**, pois ela integrou o movimento de escolas de ensino fundamental do médio Içana, Ayari e Cuyari. É preciso ampliar para toda bacia do Içana, envolvendo as escolas e salas de extensões de ensino médio. Nessa rede, fortaleceremos o movimento de juventude, pois o foco são eles. Precisamos produzir materiais didáticos pedagógicos próprios. Assim como precisamos avançar na elaboração de projetos políticos pedagógicos das nossas escolas.



Na área de saúde temos agentes e técnicos comunitários de saúde em nossas comunidades. Foi uma luta para garantir a escolarização e capacitação dessas pessoas. Algumas comunidades ainda não têm. Precisamos continuar lutando para conseguir vagas para mais pessoas. Não somente isso, precisamos lutar em outras áreas como técnicos em microscopia, agentes indígenas de saneamento ambiental, técnicos de enfermagem. Hoje temos nossos parentes cursando técnico de enfermagem, enfermagem e odontologia. A medicina ainda é desafio para nós.

Atualmente são 05 pólos base de saúde em toda nossa região: Camarão, Tunuí, Canadá, Tucumã e São Joaquim. Todos os enfermeiros e técnicos de enfermagem, bem como dentistas, ainda são de outras regiões. Não falam a nossa língua. Alguns auxiliares de dentistas já são nossos próprios e falam a nossa língua. **Precisamos continuar incentivando nossos jovens para ingressarem nos cursos superiores na área da saúde.** Assim como temos que pensar na formação de nossos jovens na área de gestão para cuidar do sistema de saúde indígena.

Precisamos **fortalecer a política de mulheres e de juventude** da bacia do Içana, através de mobilização, realização e participação nos eventos. Precisamos melhorar os meios de comunicação entre as comunidades, associações e a nossa federação (a radiofonia não está sendo suficiente e eficiente). Temos muito desafios e questões a serem melhoradas, como no **desenvolvimento de pesquisas e alternativas econômicas, no monitoramento e vigilância territorial, nas parcerias institucionais.** A região do médio Içana I precisa ser mais bem articulada, e com muita atenção, diante do cenário que se encontra com a presença de empresários de mineração. O cenário da política municipal e nacional não é favorável ao movimento indígena e precisa de maior mobilização para manter a política do movimento indígena.

O ano de 2017 foi um ano muito importante do ponto de vista de fortalecimento de associações locais. Conseguimos realizar assembleias de associações junto com os fóruns de consultas ampliadas de PGTA em toda região Rio Içana: Baixo Içana, Médio Içana I, Médio Içana II, Alto Içana e Rio Ayari. Durante as assembleias foram discutidos e elaborados coletivamente este Plano de Gestão Territorial e Ambiental para o Rio Içana.

Já avançamos em muitas coisas, mas queremos muito mais. Por isso não devemos parar de **lutar pelos nossos direitos e bem viver no território tradicional Baniwa e Koripako.**

VIII. Referências Bibliográficas

- Arte Baniwa – cestaria de arumã. (2001). São Gabriel da Cachoeira, AM: FOIRN, ISA e OIBI.
- Baniwa, André. 25 Anos de Gestão de Associativismo da OIBI para o Bem Viver Baniwa e Koripako. (2018). São Gabriel da Cachoeira, AM: Organização Indígena da Bacia do Rio Içana.
- Clement, C.R.; Santos, L.A. 2002. Pupunha no mercado de Manaus: Preferências de consumidores e suas implicações. Revista Brasileira de Fruticultura, 24(3):778-779. <https://www.inpa.gov.br/pupunha/revista/economia/economia-clement-et-al_2002.html>
- Emperaire, Laure (org.). 2010. Dossiê de registro do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, ACIMRN / IPHAN / IRD / Unicamp-CNPq, Brasília, 235 p. (textos de Manuela Carneiro da Cunha, Laure Emperaire, Esther Katz, Ana Gita de Oliveira, Juliana Santilli, Lúcia Hussak van Velthem). on line <http://www.iphan.gov.br>
- Endo, Whaldener; Peres, Carlos A.; Rebêlo, Gerge H.; Baniwa, Eliseu R.; Shepard Jr., Glenn H.; Mesquita, Rita C. G. 2009. Padrões de Uso da Vida Silvestre entre os Baniwa – Sustentabilidade da Caça no Médio Içana. In: Aloisio Cabalzar. (Org.). Manejo do Mundo – Conhecimentos e Práticas dos Povos Indígenas do Rio Negro. 01ed. São Paulo/São Gabriel da Cacho: Instituto Socioambiental/FOIRN, 2010, v. 01, p. 115-121.
- Falcão, M.A.; Lleras, 1980. Aspectos fenológicos, ecológicos e de produtividade do umari (Poraqueiba sericea Tulasne). ACTA. AMAZONICA 1C (3): 445-462. 1980. <<http://www.scielo.br/pdf/aa/v10n3/1809-4392-aa-10-3-0445.pdf>>
- FOIRN e ISA. Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA, 2017/18.
- Garnelo, Luiza. Poder, hierarquia e reciprocidade: saúde e harmonia entre os Baniwa do Alto Rio Negro. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz.
- IPC-IG, 2015. Atlas da extrema pobreza no Norte e Nordeste do Brasil. <<https://ipcig.org/publication/27759>>.
- Pimenta Jiquitaia Baniwa. (2016). São Gabriel da Cachoeira, AM: FOIRN, ISA e OIBI.
- PimentaNC,SilvaWL(2019).Resultadospreliminaresdomonitoramento de caça no Rio Ayari pelo grupo de Agentes Indígenas de Manejo Ambiental do Projeto de Monitoramento Ambiental e Climático da bacia do Rio Negro, ISA e FOIRN. Workshop presentation – I Community Representatives meeting on subsistence hunting and

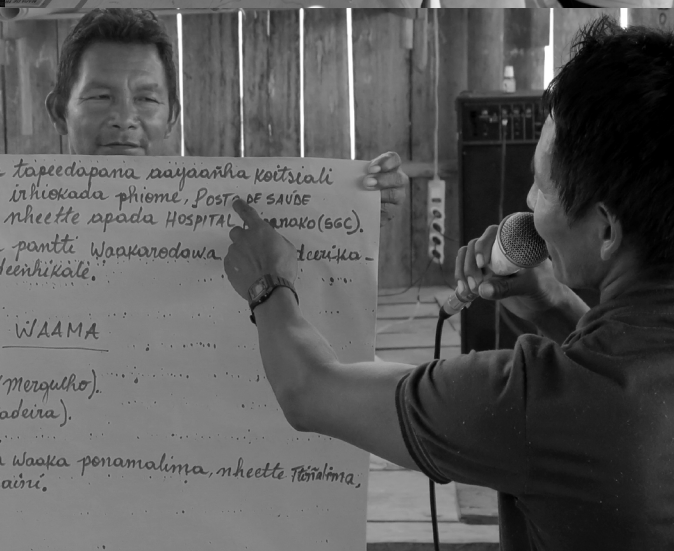
- wildmeat in the Guiana Shield Region, Org Sustainable Wildlife Management and Center for International Forestry (CIFOR), South Rupununi, Guyana.
- Shanley, P.; Medina, G. 2005. Frutíferas e Plantas Úteis na Vida Amazônica (p. 300). Belém: Imazon. http://www.cifor.org/publications/pdf_files/books/bshanley1001/209_214.pdf.
- Shepard Jr., G.H.; Silva, M.N.F.; Brazão, A.F.; van der Veld, P. 2004. Arte Baniwa: Sustentabilidade socioambiental de arumã no Alto Rio Negro. In: F. Ricardo (Ed.), Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza: O desafio das sobreposições. São Paulo: Instituto Socioambiental, 129-143.
- Silva, Adeilson. Kophé Koyanally – manejo de recurso pesqueiro na bacia do Rio Içana – relatório executivo. (2009). São Gabriel da Cachoeira, AM: OIBI, ISA e Fiocruz Amazônia.
- Silva, Adeilson; Diniz, Laise; Feliciano Miguel Brazão, Alfredo; da Silva Cardoso, Juvêncio, Org. (2011). o que a GENTE precisa para VIVER e estar BEM no Mundo. 01. ed. São Paulo/São Gabriel da Cachoeira: Instituto Socioambiental e Associação do Conselho da Escola Pamáali, 2011. v. 01. 104p: il. <http://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/manejo_pamaali_portugues>
- Silva, Adeilson; Diniz, Laise; Feliciano Miguel Brazão, Alfredo; da Silva Cardoso, Juvêncio; Luiz Fontes, Albino; Andrade Montenegro, Nazária; Andrade Fontes, Orlando; Fontes Rodrigues, Pedro; Oliveira, Thiago. (2014). 02. ed. São Paulo/São Gabriel da Cachoeira: Instituto Socioambiental e Centro de Estudos e Divulgação da Escola Herieni (Cedeh), 2014. v. 02. 150p: il. <http://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/k2_portugues_web>
- Wright, Robin. A História Indígena e do Indigenismo no Alto Rio Negro. (2005). Campinas, SP: Mercado de Letras.
- Xavier, Carlos Cesar Leal. A Grande Cidade de Ñapirikoli e os petróglifos do Içana – uma etnografia dos signos Baniwa. (2008).

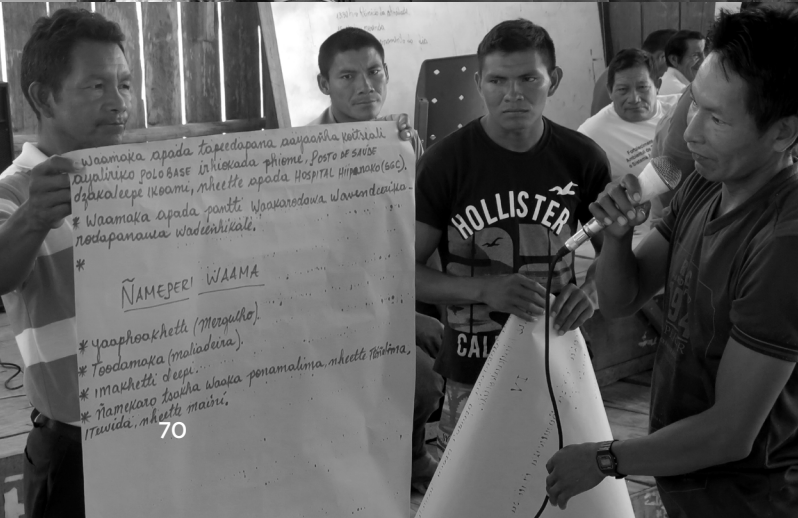












Legendas e créditos das imagens

Páginas 64 e 65

Foto IX. Comitativa da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) e Organização Indígena Koripako (OIKAI) em Suaçu Cachoeira durante viagem para o I Evento Intercultural Koripako, no alto Rio Içana. Natalia Pimenta, 2019.

Foto X. Germano de Lima trança aturá (tshéeto) para transporte de cerâmicas produzidas pelo grupo de ceramistas da UMIRA. Natalia Pimenta, 2018.

Foto XI. Armindo Brazão, Agente Indígena de Manejo Ambiental (AIMA) baniwa estuda os ciclos anuais da bacia do Içana durante oficina do Projeto de Monitoramento Ambiental e Climático (ISA/FOIRN) na comunidade São Joaquim do Ayari. Natalia Pimenta, 2018.

Foto XII. Mestres ceramistas assistem à apresentação do grupo de Agentes Indígenas de Manejo Ambiental da bacia do Içana durante a 7ª oficina do Projeto de Monitoramento Ambiental e Climático (PMAC) realizado na comunidade São Joaquim do Ayari. Natalia Pimenta, 2018.

Foto XIII. Armindo Brazão, presidente da Organização Indígena da Bacia do Içana (OIBI) na cachoeira de Matapi, no alto Rio Içana. Natalia Pimenta, 2019.

Foto XIV. Apresentação das delegações na Assembleia Comemorativa de 25 anos da Organização Indígena da Bacia do Içana (OIBI) realizada na comunidade Tucumã, Rio Içana. Natalia Pimenta, 2019.

Foto XV. Encontro de mulheres produtoras de pimenta Baniwa da Casa da Pimenta Dzoroo na comunidade Tunuí Cachoeira. Adeilson Lopes, 2013.

Foto XVI. O artesão Oscar trança urutu na comunidade Santa Rosa, Rio Içana. Glenn Shepard, 2018.

Foto XVII. Grupo de meliponicultores Koripako durante a I Oficina de meliponicultura na comunidade Pana Pana, alto Rio Içana. Genilton Apolinário, 2019.

Foto XVIII. Dona Nazária Fontes, liderança indígena e ceramista, ensina técnicas de pintura cerâmica a

jovem aprendiz durante encontro de ceramistas da UMIRA. Natalia Pimenta, 2018.

Foto XIX. Viagem para a celebração da Santa Ceia na comunidade Roraima, alto Rio Içana. Pedro Martinelli, 1997.

Foto XX. Vista da comunidade Tunuí Cachoeira no médio Rio Içana. Carol Quintanilha, 2018.

Foto XXI. Dona Maria de Lima, mestre ceramista, confecciona mapoapi durante encontro da UMIRA na comunidade São Joaquim do Rio Ayari. Natalia Pimenta, 2018.

Foto XXII. Grupo de Agentes Indígenas de Manejo Ambiental da bacia do Içana apresentam resultado de pesquisas sobre os ciclos anuais durante I Encontro Geral de AIMAs da bacia do Rio Negro. Juliana Lins, 2018.

Foto XXIII. Silvério Lima fala sobre o futuro que deseja para a Terra Indígena Alto Rio Negro durante Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA). Ana Paula Silva, 2017.

Foto XXIV. Juvêncio Cardoso, professor e pesquisador Baniwa, mostra sistema de carneiro hidráulico instalado na comunidade Santa Isabel do Rio Ayari. Carol Quintanilha, 2018.

Foto XXV. Cerimônia de abertura da Casa da Pimenta Takairo na comunidade Canadá, Rio Ayari. Carol Quintanilha, 2018.

Páginas 66 e 67

Foto XXVI. Garoto baniwa com borboletas na comunidade Urumutum Lago, Rio Ayari. Glenn Shepard, 2018.

Foto XXVII. Dona Nazária Lopes passa por igarapé no caminho de volta de sua roça de pimenta próximo à comunidade Canadá, no Rio Ayari. Carol Quintanilha, 2018.

Foto XXVIII. Vista da comunidade Canadá no Rio Ayari. Carol Quintanilha, 2018.

Foto XXIX. Plínio Guilherme Marcos, coordenador geral do levantamento PGTA Nadzoeri. Adeilson Lopes, 2017.

Foto XXX. Plenária durante assembleia da OIBI realizada na comunidade Tucumã Rupitá. Natalia Pimenta, 2017.

Foto XXXI. Encontro na comunidade de Tucumã Rupitá no médio Rio Içana para filmagens da campanha #menospreconceitomaíndio. Felipe Storch, 2016.

Foto XXXII. Encontro da Coordenadoria das

Associações Baniwa e Coripaco para definir metodologias e programação para a construção do Plano de Gestão Territorial e Ambiental na região do Rio Içana e afluentes. Ray Baniwa, 2015.

Foto XXXIII. Vista da comunidade Tunuí Cachoeira no médio Rio Içana. Adeilson Lopes, 2006.

Foto XXXIV. Secagem de ouriço de castanha do uará no paiol da comunidade Santa Isabel do Rio Ayari. Carol Quintanilha, 2018.

Foto XXXV. Silvério de Lima conduz o encerramento da oficina do Projeto de Monitoramento Ambiental e Climático (PMAC) realizado na comunidade Urumutum Lago, Rio Ayari. Glenn Shepard, 2018.

Foto XXXVI. Validação propostas microrregiões Nadzoeri em Canadá. Adeilson Lopes da Silva/ISA.

Foto XXXVII. Navegação pelo Rio Içana, Terra Indígena Alto Rio Negro (AM). Carol Quintanilha, 2018.

Foto XXXVIII. Seu Pedro assembleia da OIBI realizada na comunidade Tucumã Rupitá. Natalia Pimenta, 2017.

Foto XXXIX. III Assembleia Geral dos povos Baniwa e Koripako realizada na comunidade Canadá, Rio Ayari – etapa de validação do PGTA. Carol Quintanilha, 2018.

Foto XL. Participantes do curso de gestão territorial promovido pela FOIRN em São Gabriel da Cachoeira. Renato Martelli, 2017.

Página 64

Foto XLI. Pesquisadores Baniwa estudam mapa da região do Rio Negro para pensar os planos de gestão territorial e ambiental. Juliana Radler, 2017.

Foto XLII. Encontro da Coordenadoria das Associações Baniwa e Coripaco para definir metodologias e programação para a construção do Plano de Gestão Territorial e Ambiental na região do Rio Içana e afluentes. Ray Baniwa, 2015.

Foto XLIII. Encontro de mulheres produtoras de pimenta Baniwa da Casa da Pimenta Dzoroo na comunidade Tunuí Cachoeira. Adeilson Lopes, 2013.

Foto XLIV. Encontro da Coordenadoria das Associações Baniwa e Coripaco para definir metodologias e programação para a construção do Plano de Gestão Territorial e Ambiental na região do Rio Içana e afluentes. Ray Baniwa, 2015.

Foto XLV. Validação propostas microrregiões Nadzoeri em Canadá. Adeilson Lopes, 2018.

Foto XLVI. Validação propostas microrregiões Nadzoeri em Canadá. Adeilson Lopes, 2018.

Foto XLVII. Pimentas frescas colhidas na roça de dona Nazária Lopes, próxima à comunidade Canadá no Rio Ayari. Carol Quintanilha, 2018.



